

REFORMA TRIBUTÁRIA

ESTADOS SE ARTICULAM PARA BARRAR PROPOSTA

Relator diz que estuda mecanismo para evitar perda de receita a governos locais



Debate. O relator da reforma Celso Sabino (PSDB-PA), o ministro da Economia e o presidente da CNI, Robson Andrade, em evento sobre a reforma: estados querem encontro com Guedes nas próximas semanas

GE RALDA DOCA
geraldadoca@oglobo.com.br
instagram

Os governadores estão se articulando para barrar ou alterar a reforma do Imposto de Renda no Congresso e planejam um encontro com o ministro da Economia, Paulo Guedes, nas próximas semanas. A ideia é marcar posição contrária no Fórum de Governadores, que reúne todos os chefes dos Executivos estaduais, diante das perdas que as mudanças podem gerar para os cofres estaduais e municipais.

Ciente da mobilização, o relator da proposta, deputado Celso Sabino, disse que estuda um mecanismo para compensar os entes caso haja queda nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— Posso assegurar que não haverá perdas para os estados e municípios. Vou criar um mecanismo de hedge (proteção, no jargão do mercado) — disse ele, ao GLOBO.

Segundo fontes, uma das ideias seria introduzir gatilhos para o corte do Imposto de Renda das empresas, de olho na arrecadação. Dessa forma, a redução da alíquota de 25% baixaria progressivamente: 10 pontos percentuais em 2022 e os 2,5 pontos prometidos para 2023 só seriam efetuados se ficar provado que as receitas não caíram.

Integrantes do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda dos Estados (Comsefaz), que está orientando os governadores, veem a solução com desconfiança. Após a convocação do Fórum, os governadores querem fazer uma ofensiva no Congresso, na volta do recesso, em agos-

to. Estão programadas reuniões com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), além do colégio de líderes.

Estimativa do Comsefaz indica uma perda de R\$ 27,4 bilhões para o conjunto dos estados e municípios, sobretudo do Norte e Nordeste, por ano, com as mudanças propostas na reforma. Desse total, R\$ 19,2 bilhões se referem à redução nas transferências dos fundos de participação para governos locais. O restante é um reflexo da correção da tabela

R\$ 27,4

bilhões é o total de perda prevista de estados e municípios. Estimativa do Comsefaz indica que o impacto seria maior para os governadores de Norte e Nordeste

do Imposto de Renda para pessoa física, com mudança na faixa de isenção de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. No caso dos servidores estaduais e municipais, parte do IR retido na fonte fica com o governo local. Ao corrigir a tabela, a parcela de imposto pago cai, portanto, diminui também a fatia que fica com o governo local.

LIRA DIZ QUE PERDA SERÁ ZERO

Ao GLOBO, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), rebateu os argumentos dos governadores e disse que a arrecadação alta vai compensar a redução das alíquotas:

— Estados e municípios perderão zero.

Ele disse que o relatório teve apoio dos líderes e que havia condições de aprovar o texto antes do recesso. Contudo, afirmou que preferiu deixar a proposta “no sol” por 15 dias para que receba crítica

cas e seja aperfeiçoada.

— O que vamos fazer será bom para a sociedade de uma forma geral. É claro que alguns vão perder — disse o presidente da Câmara.

Calculando perda de R\$ 270 milhões para seu estado, o governador do Piauí, Wellington Dias, porta-voz do Fórum para assuntos econômicos, disse que mantém conversas com a bancada estadual, independentemente de partidos. Ele afirmou que os governadores querem a rejeição integral do relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-CE) e a substituição por outro texto:

— Não somos contra a reforma tributária, mas ela não pode ser feita atropelando estados e municípios.

Em recuperação fiscal, o Rio seria fortemente prejudicado com a reforma, disse o secretário de Fazenda, Nelson Rocha.

Segundo ele, não há mais espaço para cortar despesas:

— O Rio não vai fechar as portas, vai continuar existindo. Mas não há onde cortar. Desde que o estado aderiu ao plano de recuperação, reduziu as despesas em mais de 11%.

O secretário de Fazenda da prefeitura do Rio, Pedro Paulo, calcula que a capital terá perda entre R\$ 180 milhões e R\$ 200 milhões por ano, principalmente com a queda na arrecadação do IR de servidores:

— A proposta vai no sentido contrário ao que prevê o pacto federativo, ela concentra ainda mais impostos nas mãos da União.

O Imposto de Renda tem a receita distribuída entre União, estados e municípios. Ao reduzir o bolo total do IR, os entes perdem, já que as medidas de compensação previstas têm a receita concentrada no governo federal.

RISCO PARA SALÁRIOS

Henrique Meirelles, secretário de Fazenda de São Paulo e ex-ministro da Fazenda, afirma que o correto seria insistir na versão da PEC 45, apresentada pelos estados que “acaba com a guerra fiscal”:

— Se o governo federal faz questão de fazer uma reforma dos impostos federais, pode tocar os dois projetos em paralelo no Congresso.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, é contra essa proposta porque ela prevê um fundo de compensação para os estados.

A secretária de Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, estima que o estado perderia R\$ 838 milhões por ano, o que estrangularia as finanças locais e geraria risco de atraso em salários e aposentadorias:

— Se tiver perda, ela precisa ser compensada, porque haverá desajuste no fluxo de caixa.

O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, também criticou o texto do relator e defendeu que a União compense os estados. Em nota, a secretaria de Fazenda do Maranhão informou que o estado terá perdas e que vai atuar “alinhado aos demais governadores” para defender os interesses dos entes federados. **A Bahia disse** que o texto de Sabino atenta contra o pacto federativo, contra o equilíbrio fiscal dos estados e “defendo o bom senso”.

— Não somos, sim, a importância de fazer ajustes no IR. Mas isso não pode ser feito de forma que reduza a receita dos estados — disse o secretário de Fazenda do Espírito Santo, Rogelio Pegoretti.

Colaborou Stephanie Tondo

ECONOMIA

ICMS ALTO COBRADO PELA BAHIA DEIXA PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS NAS ALTURAS

Bolsonaro diz que é a ganância dos governadores

Tasso Franco , da redação em Salvador | 22/07/2021 às 12:47



Gasolina em Salvador R\$5.910 o litro

Foto: BJÁ

O governo do Estado da Bahia cobra 27% de ICMS no preço da gasolina distribuída pela Petrobras. Por isso, o preço ao consumidor está tão caro. O presidente Bolsonaro já comentou sobre esse assunto e diz que os governadores deveriam baixar essas alíquotas do ICMS.

Segundo o presidente, o preço da gasolina na bomba é mais de duas vezes mais caro do que o cobrado na saída das refinarias por conta da carga tributária que incide sobre combustível nos estados.

"Cresceu a arrecadação de ICMS em cima de uma ganância", disse Bolsonaro na saída do Hospital Vila Nova Star, na zona sul de São Paulo, onde estava internado desde quarta-feira, 14, para tratar uma obstrução intestinal.

O presidente prometeu também reduzir a alíquota da Pis Cofins cobrada sobre o diesel, "em quatro centavos". "Diferente do Estado de São Paulo, que aumentou ICMS de combustíveis durante a pandemia", acrescentou, aproveitando para alfinetar o governador João Doria, seu rival, que já havia mencionado ao contestar a eficácia da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantã em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

Veículo: Gov Bahia	Caderno:
Data: 23/07/2021	



Nota Premiada contempla morador de Sussuarana com R\$ 100 mil e distribui outros 90 prêmios

22 julho 2021

A Nota Premiada Bahia publicou nesta quinta-feira (22) o resultado do sorteio mensal de julho, que distribuiu o total de R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes. O prêmio especial de R\$ 100 mil foi para um morador do bairro de Sussuarana, de Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil foram para 62 participantes da capital e para 28 do interior.

A lista com o nome dos ganhadores está disponível para consulta no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, na opção 'Sorteios'=> 'Relação de Ganhadores'. O resultado também pode ser conferido no Instagram da campanha e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba): Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Lauro de Freitas, com cinco contemplados, e Camaçari e Itabuna, com três vencedores cada. Quatro municípios tiveram dois ganhadores cada: Alagoinhas, Dias D'Ávila, Feira de Santana e Teixeira de Freitas. Completam a lista, com um contemplado cada, outros nove municípios: Barreiras, Candeias, Euclides da Cunha, Ilhéus, Jaguaquara, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista.

Cuidado com golpes virtuais

Responsável pela campanha de cidadania fiscal, a Sefaz-Ba alerta que não envia aos participantes contemplados mensagens de WhatsApp ou SMS. Os ganhadores são

contactados por meio de ligação telefônica da Coordenação de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda e por meio de celular de funcionários autorizados deste setor, cujos nomes estão registrados no e-mail enviado a partir do endereço notapremiadabahia@sefaz.ba.gov.br.

Caso receba alguma ligação, SMS ou mensagem, o cidadão não deve clicar em nenhum link. Se houver alguma dúvida, confirme a autenticidade da informação com a coordenação da campanha, pelo telefone 71 3115-2518. Vale ressaltar que os contemplados devem verificar sempre se seus nomes realmente constam na lista de ganhadores.

Sorteios

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da Nota Premiada Bahia, em 2018. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 617 mil participantes inscritos, e as premiações já contemplaram 1.770 pessoas desde fevereiro de 2018, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Fonte: Ascom/ SefazBA

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/07/2021	Coluna: Economia



MORADOR DE SUSSUARANA RECEBE R\$ 100 MIL DA NOTA PREMIADA



22 Julho, 2021

A Nota Premiada Bahia publicou nesta quinta-feira (22) o resultado do sorteio mensal de julho, que distribuiu o total de R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes. O prêmio especial de R\$ 100 mil foi para um morador do bairro de Sussuarana, de Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil foram para 62 participantes da capital e para 28 do interior.

A lista com o nome dos ganhadores está disponível para consulta no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, na opção "Sorteios" => "Relação de Ganhadores". O resultado também pode ser conferido no Instagram da campanha e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba): Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Lauro de Freitas, com cinco contemplados, e Camaçari e Itabuna, com três vencedores cada. Quatro municípios tiveram dois ganhadores cada: Alagoinhas, Dias D'Ávila, Feira de Santana e Teixeira de Freitas. Completam a lista, com um contemplado cada, outros nove municípios: Barreiras, Candeias, Euclides da Cunha, Ilhéus, Jaguaquara, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista.

Sorteios

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da Nota Premiada Bahia, em 2018. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 617 mil participantes inscritos, e as premiações já contemplaram 1.770 pessoas desde fevereiro de 2018, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Quatro feirenses são sorteados no Nota Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A **Nota Premiada Bahia** publicou nesta quinta-feira (22) o resultado do sorteio mensal de julho, que distribuiu o total de R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes. O prêmio especial de R\$ 100 mil foi para um morador do bairro de Sussuarana, de Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil foram para 62 participantes da capital e para 28 do interior.

A lista com o nome dos ganhadores está disponível para consulta no site, na opção 'Sorteios'=> 'Relação de Ganhadores'. O resultado também pode ser conferido no Instagram da campanha e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba): Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Lauro de Freitas, com cinco contemplados, e Camaçari e Itabuna, com três vencedores cada. Quatro municípios tiveram dois

ganhadores cada: Alagoinhas, Dias D'Ávila, Feira de Santana e Teixeira de Freitas. Completam a lista, com um contemplado cada, outros nove municípios: Barreiras, Candeias, Euclides da Cunha, Ilhéus, Jaguaquara, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista.

Cuidado com golpes virtuais

Responsável pela campanha de cidadania fiscal, a Sefaz-Ba alerta que não envia aos participantes contemplados mensagens de WhatsApp ou SMS. Os ganhadores são contactados por meio de ligação telefônica da Coordenação de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda e por meio de celular de funcionários autorizados deste setor, cujos nomes estão registrados no e-mail enviado a partir do endereço

Caso receba alguma ligação, SMS ou mensagem, o cidadão não deve clicar em nenhum link. Se houver alguma dúvida, confirme a autenticidade da informação com a coordenação da campanha, pelo telefone 71 3115-2518. Vale ressaltar que os contemplados devem verificar sempre se seus nomes realmente constam na lista de ganhadores.

Sorteios

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da **Nota Premiada Bahia**, em 2018. De acordo com a

Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 617 mil participantes inscritos, e as premiações já contemplaram 1.770 pessoas desde fevereiro de 2018, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Nota Premiada contempla morador de Sussuarana com R\$ 100 mil e distribui outros 90 prêmios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A **Nota Premiada Bahia** publicou nesta quinta-feira (22) o resultado do sorteio mensal de julho, que distribuiu o total de R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes. O prêmio especial de R\$ 100 mil foi para um morador do bairro de Sussuarana, de Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil foram para 62 participantes da capital e para 28 do interior.

A lista com o nome dos ganhadores está disponível para consulta no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, na opção 'Sorteios'=> 'Relação de Ganhadores'. O resultado também pode ser conferido no Instagram da campanha e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba): Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Lauro de Freitas, com cinco contemplados, e Camaçari e Itabuna, com três vencedores cada. Quatro municípios tiveram dois ganhadores cada: Alagoinhas, Dias D'Ávila, Feira de Santana e Teixeira de Freitas. Completam a lista, com um contemplado cada, outros nove municípios: Barreiras, Candeias, Euclides da Cunha, Ilhéus, Jaguaquara, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista.

Cuidado com golpes virtuais

Responsável pela campanha de cidadania fiscal, a Sefaz-Ba alerta que não envia aos participantes contemplados mensagens de WhatsApp ou SMS. Os ganhadores são contactados por meio de ligação telefônica da Coordenação de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda e por meio de celular de funcionários autorizados deste setor, cujos nomes estão registrados no e-mail enviado a partir do endereço notapremiadabahia@sefaz.ba.gov.br.

Caso receba alguma ligação, SMS ou mensagem, o cidadão não deve clicar em nenhum link. Se houver alguma dúvida, confirme a autenticidade da informação com a coordenação da campanha, pelo telefone 71 3115-2518. Vale ressaltar que os contemplados devem verificar sempre se seus nomes realmente constam na lista de ganhadores.

Sorteios

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da **Nota Premiada Bahia**, em 2018. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 617 mil participantes inscritos, e as premiações já contemplaram 1.770 pessoas desde fevereiro de 2018, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Nota Premiada contempla morador de Sussuarana com R\$ 100 mil e distribuiu outros 90 prêmios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A **Nota Premiada Bahia** publicou nesta quinta-feira (22) o resultado do sorteio mensal de julho, que distribuiu o total de R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes. O prêmio especial de R\$ 100 mil foi para um morador do bairro de Sussuarana, de Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil foram para 62 participantes da capital e para 28 do interior.

A lista com o nome dos ganhadores está disponível para consulta no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, na opção 'Sorteios'=> 'Relação de Ganhadores'. O resultado também pode ser conferido no Instagram da campanha e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba): Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Lauro de Freitas, com cinco contemplados, e Camaçari e Itabuna, com três vencedores cada. Quatro municípios tiveram dois ganhadores cada: Alagoinhas, Dias D'Ávila, Feira de Santana e Teixeira de Freitas. Completam a lista, com um contemplado cada, outros nove municípios: Barreiras, Candeias, Euclides da Cunha, Ilhéus, Jaguaquara, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista.

Cuidado com golpes virtuais

Responsável pela campanha de cidadania fiscal, a Sefaz-Ba alerta que não envia aos participantes contemplados mensagens de WhatsApp ou SMS. Os ganhadores são contactados por meio de ligação telefônica da Coordenação de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda e por meio de celular de funcionários autorizados deste setor, cujos nomes estão registrados no e-mail enviado a partir do endereço notapremiadabahia@sefaz.ba.gov.br.

Caso receba alguma ligação, SMS ou mensagem, o cidadão não deve clicar em nenhum link. Se houver alguma dúvida, confirme a autenticidade da informação com a coordenação da campanha, pelo telefone 71 3115-2518. Vale ressaltar que os contemplados devem verificar sempre se seus nomes realmente constam na lista de ganhadores.

Sorteios

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da **Nota Premiada Bahia**, em 2018. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 617 mil participantes inscritos, e as premiações já contemplaram 1.770 pessoas desde fevereiro de 2018, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Fonte: Ascom/ SefazBA

Fonte

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

ECONOMIA

economia@grupootarde.com.br

& NEGÓCIOS

PAGAMENTOS Pix poderá ser usado em apps de mensagens e compras online

atarde.com.br/economia

Olhar Econômico



RODRIGO OLIVEIRA

atarde.com.br/colunistaolhareconomico
rodrigooliveira@grupootarde.com.br

ECONOMIA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

A Geração Lockdown

Cerca de 15 milhões de pessoas estão sem emprego no Brasil. Este número representa 14,7% da força de trabalho. Trata-se do maior patamar registrado nos últimos 10 anos, na série histórica do IBGE. Preocupante, essa taxa é mais elevada em grupos específicos, como mulheres, negros e jovens. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) chamou atenção para esse fato em um documento publicado em agosto de 2020: “Um em cada seis jovens deixou de trabalhar devido à pandemia”. O documento pontua também que os jovens em países subdesenvolvidos foram os mais impactados. Mas será que iniciar a vida laboral durante uma recessão, situação na qual o PIB tem taxa de crescimento negativa por dois trimestres consecutivos, de fato afeta o

futuro dos jovens?

Lisa Kahn, professora da universidade de Yale, mostrou em recente estudo que alunos americanos que se graduam em momentos no qual a economia se encontra em recessão têm rendimentos menores, tanto no primeiro ano no mercado de trabalho quanto ao longo dos 20 primeiros anos de suas carreiras. Wiljan Van den Berge, professor da Universidade de Rotterdam, encontrou um impacto similar de se graduar durante uma recessão para alunos holandeses.

Para o Brasil há ainda poucos estudos dedicados a esse assunto. Em recente texto para discussão, o professor do Insper Neárcio Menezes Filho e coautores calculam que uma alta taxa de desemprego no ano de ingresso no mercado tem impactos ne-

gativos nos rendimentos médios, no longo prazo, e aumenta a taxa de desemprego futura.

Considerando as evidências citadas e o relatório da OIT, urge pensar em políticas que minimizem o impacto da pandemia sobre a geração que agora começa a entrar no mercado de trabalho. Mas qual política? O senso comum argumentaria a favor do ensino pro-

fissionalizante. Este pode ser um caminho, mas desenhar um bom programa educacional é fundamental. As evidências científicas não são conclusivas sobre os impactos positivos do ensino profissional sobre emprego e renda.

Em um texto para discussão recente, eu, juntamente com outros coautores, encontramos evidências de efeitos positivos sobre os in-

dicadores de emprego das mulheres que participaram de um programa de educação profissional no estado da Bahia. Ao olhar apenas o grupo de participantes deste programa que se formou durante a recessão iniciada em 2014, no entanto, os efeitos positivos deixam de existir. Há algumas semanas, Juliana Camargo e pesquisadores da FGV publicaram um artigo mostrando impactos positivos de um programa de educação profissional no Rio Grande do Sul, sobre indicadores de emprego e renda das mulheres participantes. Percebam que esses dois trabalhos têm algo em comum, homens se beneficiaram pouco destes programas. A evidência internacional corrobora com esse resultado.

A OIT sugere a adoção de políticas de educação pro-

fissional que possam ajudar os jovens a se reintegrar no mercado de trabalho, mas pontua a importância de adequar o ensino com melhores soluções digitais para a aprendizagem. Indica outras soluções, como isenções fiscais para empresas que aumentem a contratação de jovens e a melhoria dos sistemas que fazem o encontro entre empregador e empregado. A mensagem importante é que as políticas anteriores, realizadas em diferentes países e regiões, nos ensinam o que funciona e o que não funciona. O futuro desta geração no mercado de trabalho e a superação dos desafios impostos pela recessão requerem o desenho de políticas educacionais que sejam menos baseadas em “achismos” e mais baseadas em evidências.

Um em cada seis jovens deixou de trabalhar devido à pandemia

A OIT sugere políticas de educação profissional com soluções digitais

PERSPECTIVAS Estudo da Fieb estima desenvolvimento nos setores de serviços, construção civil e indústria extrativa

PIB da Bahia deve crescer 4,6% em 2021

DA REDAÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia deve crescer 4,6% em 2021. Esta é a estimativa de um estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). Caso a previsão se confirme, será o maior crescimento percentual da economia baiana desde 2010, quando foi registrada alta de 6,1%.

Com alta de 6%, influenciado pela recuperação do segmento do comércio, o setor de serviços deve apresentar maior crescimento, segundo o Relatório Técnico Estimativas do PIB da Bahia – 2021.

De acordo com o estudo, o setor industrial deve crescer 0,6% em relação ao ano passado, influenciado positivamente pela construção civil, que tem alta estimada de

Com alta de 6%, setor de serviços deve apresentar maior crescimento em 2021



O setor de construção civil tem alta estimada em 7,5%

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE / 22.6.2021

7,5%. “Desde o segundo semestre do ano passado, a indústria da construção civil tem apresentado resultados positivos. Um dos fatores que contribuem para isso é que os juros estão relativamente baixos para o histórico brasileiro”, explica o especialista em desenvolvimento industrial da Fieb e coordenador do estudo, Carlos Danilo Peres.

Impacto da Ford

O estudo prevê crescimento de 13,7% em 2021 para a indústria extrativa. O resultado positivo é consequência do cenário externo favorável, com alta de preços das commodities minerais. No

rumo oposto, a indústria de transformação deve registrar queda de 5%, impactada negativamente pelos segmentos de refino e produção de automóveis.

“O resultado da indústria de transformação será influenciado pelo fechamento da Ford e pela ocorrência de uma parada para manutenção na Refinaria Landulpho Alves, que impactou a produção de combustíveis e outros derivados de petróleo”, explica Peres.

Por outro lado, segmentos importantes como química, borracha e plástico, metalurgia e calçados devem apresentar recuperação da atividade em 2021.

INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

28/07/2021 QUARTA-FEIRA
CAMACARI/BARRA DO POJUCA - das 08:30 às 16:30 - Loteamento Lagoa Seca do Sertão, Rua Beco do Baixo, Rua Elísio Neto, Rua Filogonio Gomes de Oliveira e Rua Vitalino P Amorim.
LAURO DE FREITAS/BURAQUINHO - das 09:00 às 16:00 - Rua Marginal I, Rua Maria de Lourdes Brito e Tv. 1 Ministro Antônio C Magalhaes.
SALVADOR/CAJAZEIRAS - das 11:00 às 17:00 - Caminho (04, 05, 15, 16 e 17) Quadra C, Caminho D2 Quadra C, Rua Doutor Edison Teixeira Barbosa e Rua Maria das Dores Leite.
SALVADOR/ILHA DOS FRADES - das 11:00 às 17:30 - Estrada do Loreto, Fazenda Proteção Socorro, Fazenda Vellozo, Praia Ilha de Itapipuca, Praia Ilhota dos Coqueiros, Rua Alto da Boa Vista, Rua Beira Mar, Rua da Chapada, Rua da Fonte, Rua da Fonte da Praia da Costa, Rua da Fonte Grande, Rua da Fonte Nova, Rua da Mangueira, Rua da Praia, Rua das Flores, Rua do Campo, Rua do Torto, Rua dos Canudos, Rua Rosa Maria Passos, Tv. da Fonte e Tv. do Torto.
SALVADOR/PARQUE BELA VISTA - das 09:00 às 15:00 - Av. Santiago de Compostela e Rua Doutor Mario Campos.
SALVADOR/RIO SENA - das 09:00 às 17:00 - Av. Getúlio Vargas, Ladeira da Terezinha, Rua do Coqueiral, Rua Getúlio Vargas, Rua Mamede, Rua Maria Cecília, Rua Rio Nilo, Rua Vieira Lopes, Tv. (02, 03, 04 e 07) Mamede e Tv. da Independência.

29/07/2021 QUINTA-FEIRA
LAURO DE FREITAS/ITINGA - das 07:30 às 15:30 - Caminho 30, Jardim Tropical, Rua Denise L de Oliveira, Rua Jorge B dos Santos, Rua Presidente Tancredo Neves, Rua São Marcos Quadra 8, Rua Sonia dos Santos Nunes e Rua Valter S Oliveira.
LAURO DE FREITAS/ITINGA - das 07:40 às 15:40 - Rua Anita Oliveira, Rua Atalaia, Rua Denise L de Oliveira, Rua Eduardo Silva, Rua Jaqueira, Rua Joao Manoel Mota, Rua Jose Cardoso dos Santos, Rua Jose Venful, Rua Ladislau C Farias, Rua Paulo Pinheiro de Santana, Rua São Raimundo e Rua Valters S Oliveira.
SALVADOR/JARDIM NOVA ESPERANCA - das 08:00 às 16:00 - Loteamento Jardim Nova Esperança, Rua Pedro Alcantara, Rua Simone Barradas e Tv. Simone Barradas.
SALVADOR/PITUBA - das 09:00 às 15:00 - Av. Miguel Navarro Y Canizares, Av. Professor Magalhaes Neto, Rua Almirante Carlos Paraguassu de Sá, Rua Artur Gomes de Carvalho e Rua Carlos Paraguassu de Sá.
SALVADOR/RIO SENA - das 09:00 às 15:00 - Av. Getúlio Vargas, Rua Arco do Triunfo, Rua Getúlio Vargas, Rua Madalena Pontes Mendes, Rua Mamede, Rua Patricia Karine, Rua Vieira Lopes, Tv. (02, 03, 04, 05, 06 e 07) Vieira Lopes, Tv. 3 da Paz, Tv. (05 e 07) Mamede, Tv. da Independência e Tv. Getúlio Vargas.

30/07/2021 SEXTA-FEIRA
LAURO DE FREITAS/CENTRO - das 09:00 às 16:30 - Rua Ailton Simas, Rua Leonice da Conceição, Rua Santo Antônio, Tv. 1 Ailton Simas e Tv. 2 Ailton Simas.
LAURO DE FREITAS/ITINGA - das 08:00 às 14:30 - Av. da Gaia, Caminho 10, Rua Jaqueira Condomínio Loteamento Jardim Taubaté, Rua Denise L de Oliveira, Rua Jorge B dos Santos, Rua Jose Venful, Rua Manoel

Vicente, Rua Nossa Senhora do Socorro, Rua Pedro Paranhos, Rua Ribeira do Amparo e Rua Sonia dos Santos Nunes.
SALVADOR/ALPHAVILLE II - das 09:00 às 15:00 - Rua das Azaleias, Rua das Bromélias e Rua das Primaveras.
SALVADOR/BOA VISTA DO LOBATO - das 08:30 às 15:30 - Largo das Três Marias, Rua Antônio Carlos Magalhaes, Rua Gervásio, Rua Itaquaraci, Rua Joao Rodrigues Mendes, Rua Rodovia Samba, Rua Sansue, Rua São Barnabé, Rua Tranquillino Mendes, Tv. 1 Itaquaraci e Tv. 2 Itaquaraci.

31/07/2021 SABADO
SALVADOR/BARROQUINHA - das 08:00 às 17:00 - Parte da Av. Jose Joaquim Seabra.
SALVADOR/PERIPERI - das 09:00 às 16:00 - Rua Ambrosina Arruda, Rua Caeté, Rua Daniel Além, Rua Estados Unidos, Rua Jesus Reis, Rua Lindaura Borges, Rua Portugal, Tv. 01 Lindaura Borges e Tv. 05 Manoelito Teixeira.

02/08/2021 SEGUNDA-FEIRA
SALVADOR/PERIPERI - das 09:00 às 15:00 - Praça da Revolução, Rua Carlos Gomes, Rua da Areia, Rua da Gloria, Rua Domingos Pires, Rua Manoelito Vargas, Rua Santa Luzia, Rua São Domingos, Tv. 1 Domingos Pires e Tv. General Labatut.
SALVADOR/PITUBA - das 08:00 às 17:00 - Parte da Av. Manoel Dias da Silva, Parte da Av. Octavio Mangabeira e Rua Doutor Guilherme Reis.
SALVADOR/SÃO CAETANO - das 09:00 às 15:00 - Parte da Estrada de Campinas, Rua Cirlandia, Rua Engenheiro Antônio Mello, Rua Formiga, Rua Hígino Teixeira, Rua Professora Clea Bittencourt, Rua Promotor Rapold Filho e Rua Rapold Filho de Baixo.
SALVADOR/STELLA MARIS - das 09:00 às 15:00 - Condomínio Petromar, Conjunto Petromar Rua Euler de P Cardoso, Rua Euler de Pereira Cardoso, Rua Missionário Otto Nelson e Rua Orlando Imbassahy.

03/08/2021 TERÇA-FEIRA
DIAS D'AVILA/BIRIBEIRA - das 09:00 às 17:00 - Estrada da Biribeira, Fazenda Água Branca e Rua Dario Instancia.
LAURO DE FREITAS/ITINGA - das 07:40 às 15:40 - Av. Professor Theocrito Batista, Loteamento Jardim Taruma, Loteamento Parque São Paulo, Rua Alfa Condomínio Loteamento Jardim Cidade Nova, Rua Alto da Itinga, Rua Crispiniana Paranhos, Rua Crispiniano L de Oliveira, Rua Crispiniano Oliveira, Rua Eloina S da Silva, Rua Evaristo G Pereira, Rua Fernando L Oliveira, Rua Gualberto Peixoto, Rua Ismael Ornelas Farias, Rua Israel Santos Conceição, Rua Jailton Ferreira Pereira, Rua Joao Firmaco, Rua Joao Manoel Mota, Rua Jose Venful, Rua Loteamento Jardim Taruminas, Rua Manoel Duarte, Rua Maria de Lourdes Santos, Rua Papa Joao Paulo II, Rua Paulo R dos Santos, Rua Presidente Emilio Garrastazu Médici, Rua Raimundo Brito, Rua Senhor do Bonfim, Rua Theotonio Villela, Tv. 2 Alto do Caic e Tv. 2 do Caic.
LAURO DE FREITAS/VIDA NOVA - das 08:30 às 16:30 - Caminho (28, 32, 34, 35, 36, 37, 45, 48 e 135), Loteamento Projeto Vida Nova, Rua Antônio Gonçalves, Rua de Ligação, Rua Floresta Azul, Rua Jose Cardoso dos Santos e Rua Santo Antônio.

COELBA SERVIÇOS

1.116 É O TELEFONE DA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.

2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

www.coelba.com.br

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

Mais de 700 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de quatro milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas **Angelo Almeida**

Deputado estadual do PSB, ao defender a distribuição de absorventes e coletores menstruais para estudantes da rede pública de ensino na Bahia

Estrada para a cela

A força-tarefa da Faroeste na Procuradoria-Geral da República (PGR) está convicta de que o relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, vai acatar em breve o pedido de prisão preventiva apresentado recentemente contra o ex-secretário estadual de Segurança Pública Maurício Barbosa. Segundo apurou a Satélite, auxiliares diretos de Fernandes na Corte adiaram integrantes da PGR que o ministro se mostra cada vez mais inclinado a decretar a prisão de Barbosa, após analisar o conjunto de provas anexadas ao pedido.

CAIXA DE PANDORA

Em especial, arquivos encontrados em telefones apreendidos pela operação, dados de quebras de sigilo e depoimentos que detalham em minúcias a ação pessoal do ex-chefe da SSP para blindar integrantes do esquema de grilagem e venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ). O cerco a Maurício Barbosa ganhou combustível a mais com a delação da desembargadora afastada Sandra Inês Moraes Rusciollieli à Faroeste.

Processo de intubação

Em outro núcleo da PGR, as investigações sobre a compra de respiradores capitaneada pelo governo do estado avança a passos de galope. Até o momento, contudo, a equipe que toca o inquérito descarta estender a ofensiva para andares mais altos do poder. Considera frágeis demais os indícios que implicariam políticos influentes da Bahia na negociação.

Rugido na cova

Em clara tática para mostrar força antes da sucessão, o vice-governador João Leão (PP), secretário do Planejamento, reúne hoje, em Jequié, ao menos 40 prefeitos e 12 deputados. O pretexto é discutir benefícios das obras da Fiol e da BR-030 no Sul e Sudoeste do estado, em evento organizado pela União dos Municípios da Bahia (UPB), mas o foco é elevar o passe do PP na briga por candidaturas majoritárias.

Caso pensado

A escolha por Jequié não foi acaso. A cidade é comandada por Zé Cocá (PP), presidente da UPB e principal aposta de Leão para emplacar um líder pepista mais jovem no páreo de 2022.

Tô nem aí

Nova pesquisa do Instituto Paraná, feita com 2.033 entrevistados, aponta o eleitorado do Nordeste como o mais indiferente do país na hora de definir se vota ou não em um candidato a presidente da República que seja gay. De acordo com a sondagem, 77,8% dos nordestinos disseram a homossexualidade não alteraria a opção, ante 77,6% do Norte e Centro-Oeste, 75,2% do Sul e 74,4% do Sudeste.

Enigma da vez

Integrantes da bancada do estado em Brasília estão intrigados com a escolha do novo superintendente do Ibama na Bahia, Maurício Moura Tavares, nomeado quarta pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Alvaro Pereira Leite. Sem laço político conhecido, ele é empresário do turismo em Barra Grande, distrito badalado de Maraú.

Entre praias e coqueiros, serviços, novos empreendimentos, lazer e moradia se expandiram no Litoral Norte.

Um caderno com conteúdos especiais sobre o movimento de expansão da região litorânea.

BOOM Litoral Norte

Leia no Correio, 24/07

HEROSTAR
PRIMA15
Correio

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE
CNPJ N: 16.416.521/0001-64
PREGÃO ELETRÔNICO 024/2021
Aviso de Licitação, PREGAO ELETRONICO N. 024/2021 – Setor de Licitações, conforme define Lei 8.666/93. Objeto: contratação de empresa para aquisição de medicamentos, penso, injetáveis, descartáveis, desinfetantes e antissépticos, odontológico e permanente. Data e horário da sessão de abertura: 03/08/2021 às 09h00min horas. Obs. O edital estará disponível no Diário Oficial da Prefeitura de Mirante – Bahia, informações pelo fone: (77) 3468-1029.
Hélio Messias Souza Lima
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2021.
Tipo: Registro de preços/ Menor preço por lote. Abertura: 04/08/2021, às 09:00h
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços gráficos e confecção de materiais gráficos diversos, em atendimento a todas as secretarias deste município de Contendas do Sincorá – BA. De acordo com as condições, especificações e quantidades no Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Local da disputa e Edital www.comprasgovernamentais.gov.br informações: (77)3416-2219, e-mail licitacaocontendas@gmail.com – Contenda do Sincorá - BA, 23 de julho de 2021. Jacon Rocha dos Santos - Pregoeiro

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SALVADOR - BA
Data do leilão: 23/07/2021 - às: 15:00
Local: HOTEL PRAIA DA SEREIA - SALÃO DE CONVENCOS - AVENIDA DORIVAL CAYMMI, Nº 14, ITAPUA, SALVADOR, BA
TANIA MARIA DE ABREU, Leiloeiro Oficial matrícula JUCEB 004630-00 estabelecido a RUA ESTELA DALVA, QUADRA 13, CASA 07, LOTEAMENTO PEDRA DO SAL, ITAPUA, SALVADOR - BA, telefone 071 3241-2052, 071 3178-8579, 071 3374-6321, 71 99942-1942 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fidejuciatário do EX BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.
A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo improrrogável de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.
A venda com financiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com a prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda.
A venda com utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através e, com prévia e devida análise, de uma Instituição Financeira escolhida pelo comprador.
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes deste edital deverão procurar uma Instituição Financeira com a antecedência necessária à data do leilão.
Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, à atualização até no momento da realização da praça.
É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.
SED:537225 - CONTRATO: 109910108177 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA JOSE RAIMUNDO MARQUES PEREIRA, BRASILEIRO (A), METALURGICO, CPF: 060.018.236-55, CASADO (A) COM VALDICE AMAZONAS PEREIRA, BRASILEIRO (A), DO LAR, CPF: 111.020.71587.
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 303, EDIFÍCIO ADRIANA, A RUA CIRIÁDIO DURVAL, Nº 573, LOTEAMENTO JARDIM BRASÍLIA, PERNAMBUCOS, EM SALVADOR, BA, COMPOSTO DE DOIS QUARTOS, SENDO UMA SUÍTE, SALA, VARANDA, CIRCULAÇÃO, SANITÁRIO SOCIAL, COZINHA, QUARTO E VIV. DE EMPREGADA E ÁREA DE SERVIÇO COM A ÁREA PRIVATIVA DE 70,32M2, ÁREA COMUM DE 48,2M2, ÁREA TOTAL DE 119,24M2, E UMA VAGA DE GARAGEM COBERTA, DESIGNADA PELO Nº 11, G-I, COM ÁREA PRIVATIVA DE 12,50M2, ÁREA TOTAL DE 6,19M2, ÁREA TOTAL DE 19,19M2, COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENEFÍCIOS, PERTENCENÇAS E ACESSÓRIOS.
VALOR DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 801762,15
SALDO AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 250000,00
SALVADOR, 06/07/2021
TANIA MARIA DE ABREU

MARCELLO CASAL/AG. BRASIL

ECONOMIA

Braskem é reconhecida por promover igualdade de gênero e raça

EMPRESA A Braskem recebeu o Selo da 6ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tem por objetivo destacar ações e iniciativas em prol da igualdade de gênero e raça no ambiente de trabalho. A solenidade, realizada na sede do ministério, em Brasília, contou com representantes de outras 63 empresas e instituições que se inscreveram ao prêmio, que teve sua primeira edição em 2018.

Segundo a Braskem, o reconhecimento está alinhado com a missão da empresa em colaborar para o desenvolvimento de uma sociedade melhor para as gerações atuais e futuras e com os princípios da equidade, diversidade e inclusão.

Também está em sintonia com um de seus pilares dentro dos 7 macro-objetivos de negócio baseados nas metas de sustentabilidade da ONU e que, por meio do programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), desenvolve ações para potencializar a representatividade e inclusão de mulheres na liderança, executa iniciativas de forma transversal voltadas para a inclusão e o empoderamento de grupos minorizados.

A premiação com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça ocorre dias após a Braskem ser indicada como uma das finalistas do Prêmio WEPs (Women's Empowerment Principles ou Princípios de Empoderamento das Mulheres), reconhecido pelo Pacto Global da ONU.



Banco Central anuncia novas funções do Pix

A PARTIR DE AGOSTO O Banco Central (BC) anunciou ontem uma atualização do Pix para ampliar o uso do sistema de pagamentos instantâneos. Com as alterações, será possível fazer transferências por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, além de pagar as compras feitas em sites da internet.

Para isso, uma resolução do BC - também anunciada ontem - vai regulamentar as regras para as instituições financeiras participantes do open banking (sistema de compartilhamento de dados). Somente essas instituições poderão oferecer os novos serviços.

Foram definidos os requisitos técnicos e os procedi-

Com a atualização, usuário não vai mais precisar abrir aplicativo do banco para usar o sistema

mentos operacionais para o compartilhamento do serviço de iniciação de transação de pagamento de Pix. A chamada iniciação ocorre quando a instituição que faz a transação do pagamento com Pix é diferente do banco que detém a conta do usuário pagador. Ou seja, o usuário poderá efetuar o pagamento por meio de outro aplicativo que não é o do seu banco onde a conta com a chave Pix foi cadastrada.

A previsão é que o serviço, que é uma nova modalidade para pagamentos instantâneos no Pix, comece a funcionar a partir do dia 30 de agosto.

O serviço vai permitir ainda a movimentação de contas bancárias a partir de diferentes plataformas e não apenas pelo aplicativo ou site do banco. Entre as inovações também está a possibilidade de realizar uma transferência por meio de aplicativos como os de mensagens ou mesmo pelas redes sociais.

Outro uso possível pode ocorrer no caso do pagamento de compras online. Com a nova modalidade, quem comprar um produto pela internet poderá ser automaticamente direcionado para a tela de pagamento da transação no aplicativo do seu banco.

Com as mudanças, sistema vai poder ser usado em mensagens e redes sociais

Abecip: crédito imobiliário com recurso da poupança salta 124% no 1º semestre

SETOR IMOBILIÁRIO Os financiamentos imobiliários para compra e construção de moradias no País totalizaram R\$ 97 bilhões no primeiro semestre de 2021, uma alta de 124% em relação ao mesmo período de 2020. Os dados foram divulgados nesta quinta (22) pela presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Cristine Portella. O levantamento considera apenas os empréstimos cujos recursos tiveram origem nas cadernetas de poupança - maior fonte de financiamento do setor. Assim não entram nessa conta, por exemplo, o crédito com origem no FGTS, segunda maior fonte.

De acordo com a Abecip, os financiamentos para aquisição de imóveis, concedidos para pessoas físicas, atingiram R\$ 79,7 bilhões no semestre, alta de 133%. As transações com imóveis novos subiram 136%, para R\$ 55 bilhões; enquanto com usados subiu



128%, para R\$ 24,7 bilhões.

Por sua vez, o crédito imobiliário para as construtoras erguerem seus empreendimentos chegou a R\$ 17,4 bilhões, avançou de 89%. A inadimplência da carteira consolidada subiu de 1,6%

no fim de 2020 para 1,8% em junho de 2021.

A Abecip informou ainda que o crédito pessoal em que o imóvel é dado como garantia (home equity) alcançou R\$ 1,8 bilhão no semestre, alta de 47%.

DENIO SIMÕES/AG. BRASIL

Segundo a entidade, o crédito para a construção de prédios saltou 89% frente ao mesmo período de 2020

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2120	R\$ 5,2130
Dólar Turismo	R\$ 5,2000	R\$ 5,3700
Euro turismo	R\$ 6,0630	R\$ 6,3400

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	126.146,66	+0,17%

POUPANÇA

04/05/2017	0,5262%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

PANDEMIA MUDA HÁBITOS DOS BRASILEIROS

Alimentação

70% não comem mais fora de casa

Trabalho

55% querem manter trabalho flexível e 44% preferem trabalhar em home office

Mobilidade

64% querem usar menos transporte público

Entretenimento

46% pretendem ter lazer fora

de casa

Consumo consciente

66% consideram sustentabilidade na hora das compras

Perspectiva pessoal

55% estão otimistas com o próprio futuro

Visão do país

97% temem o futuro da economia do Brasil

Família

96% se preocupam com a família

Sociedade

96% temem impacto social da pandemia

Lazer

83% disseram acreditar que, nos próximos meses, poderão frequentar bares e restaurantes, e 46% pretendem aproveitar momentos de lazer, como férias e feriados fora de casa

Turismo

78% esperam poder viajar de avião

Eventos

53% esperam voltar a frequentar shows e outros espetáculos

Pesquisa realizada pela consultoria estratégica EY-Parthenon e divulgada ontem em reportagem do portal G1. O estudo ouviu 15 mil consumidores em 19 países, sendo 1.007 pessoas no período entre janeiro e fevereiro deste ano. O estudo ouviu tanto homens quanto mulheres maiores de 18 anos e de várias classes sociais.

BIG TECHS

67BI

de reais é o total movimentado em 2020 pelo Google apenas no Brasil com suas ferramentas de busca e publicidade, que incluem Google Play e o YouTube.

1,05%BI

de dólares é o faturamento global do Twitter com publicidade entre janeiro e março deste ano. As ações da empresa subiram 7% ontem.

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES

@donaldsongomes

A PLENA CARGA

A Atlantic Nickel, produtora de níquel no município baiano de Itagibá, chegou à marca de 60,3 mil toneladas de concentrado do minério exportadas em 2021, com vistas a atender o crescente mercado internacional da eletrificação. O resultado foi alcançado com o sexto embarque realizado pela empresa, no último domingo (dia 18), no Porto de Ilhéus. O total exportado nestes sete meses de operação este ano é quase o total alcançado no ano passado, que chegou a 67,7 mil toneladas exportadas. Os números indicam o papel significativo que o níquel assume, como um recurso fundamental para a adoção de fontes de energia limpa.

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre deste ano, a mineração baiana registrou um faturamento total de R\$ 4,1 bilhões, o que rendeu uma arrecadação de Cfm, os royalties da atividade, de R\$ 72 milhões, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Os números representam uma alta de 70% no total de receitas geradas para atividade e 84,6% na arrecadação, que beneficiou 175 municípios. De acordo com o Ibram, empresas de mineração devem investir na Bahia US\$ 10,5 bilhões nos próximos anos.

Tudo vendido

Em 20 dias, a incorporadora OR conseguiu comercializar 100 do Terra Dourada Parque Camaçari, um dos grandes lançamentos da empresa este ano, com um volume geral de vendas (VGV) estimado em R\$ 27 milhões. Logo no evento de lançamento do empreendimento, a empresa já tinha conseguido vender 80% das unidades. "Mesmo com todos os desafios impostos pela pandemia, o mercado imobiliário prova, mais uma vez, que impulsiona a economia, gera empregos e realiza sonhos", afirma o presidente da OR, Eduardo Pedreira. A empresa se prepara para lançar, em breve, a segunda fase do empreendimento.

NO HORIZONTE

Áreas remotas A TIM fez uma parceria com o governo baiano e levou internet móvel para 53 áreas remotas no interior do estado. O último site foi instalado no fim de junho, no distrito de Corrego de Pedras, em Ipiauí, a 360 km de Salvador.

Saúde Líder no desenvolvimento de software para a saúde, a MV chega aos 34 anos com a projeção de alcançar um faturamento anual de R\$ 2 bilhões nos próximos cinco anos. Na Bahia, as tecnologias da empresa estão em mais de 4 mil leitos.

Hepatologia Profissionais brasileiros e de outros nove países da América e Europa estarão reunidos no congresso online realizado pela Associação Baiana para Estudo do Fígado, entre os 29 e 31 deste mês. Mais informações em hepatologiadomilenio.com.br.

Pix A startup Aarin vai apresentar o serviço Aceito Pix para empresários do ramo gastronômico na próxima segunda-feira.

60,3

mil toneladas foram exportadas pela empresa entre janeiro e julho deste ano

27

milhões de reais é o faturamento estimado pela OR no empreendimento

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Bolsonaro acena para o PP e diz: 'Eu sou do Centrão'

GOVERNO O presidente Jair Bolsonaro confirmou ontem que o senador Ciro Nogueira (PI), presidente do Progressistas (PP) e líder do Centrão, vai assumir o comando da Casa Civil, "em busca de uma melhor interlocução com o Parlamento". O chefe do Executivo disse ainda que "Centrão" é um termo "pejorativo" e que ele faz parte do bloco de partidos.

"Eu sou do Centrão. Eu fui do PP, do PTB, do então PFL, no passado integrei siglas que foram extintas. O PP, lá atrás, foi extinto, depois nasceu novamente da fusão do PDS com o PPB, se eu não me engano. Agora, nós temos 513 parlamentares. O tal Centrão são alguns partidos que lá atrás se uniram na campanha do Aleckmin e ficou, então, rotulado Centrão como algo pejorativo, algo danoso. Não tem nada a ver. Eu nasci de lá", declarou Bolsonaro à Rádio Banda B, de Curitiba.

Ainda segundo o presidente, é necessário fazer alianças para ter uma base no Congresso. "São pouco mais de 200 pessoas. Se você afastar esse partidos de centro, sobram 300 votos para mim. Você afasta cento e poucos parlamentares de esquerda, eu vou governar com um quinto da Câmara? Não tem como governar com um quinto da Câmara. Agora, eu pretendo, dentro das quatro linhas da Constituição, buscar apoio dentro do Parlamento."

Bolsonaro afirmou que vai ser reunir com Nogueira na segunda-feira. "Realmente deve acontecer na semana que vem (a mudança no Ministério), está praticamente

Segundo o presidente, é necessário fazer alianças para ter uma base no Congresso

certo. Nós vamos colocar um senador na Casa Civil que pode manter um diálogo melhor com o Parlamento. Eu conversei com ele já e ele aceitou", disse o presidente.

O presidente afirmou que "as coisas mudam" ao comentar, durante transmissão semanal ao vivo ontem à noite, as falas do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que já o chamou de "fascista". "Tem vídeo circulando que ele me chamou de fascista lá atrás. Sim, me chamou. As coisas mudam. Eu tinha posições no passado que não assumo mais hoje, mudei", disse. Mas fez uma ressalva: "Nenhuma de forma radical". Em 2018, Nogueira apoiou o candidato do PT, Fernando Haddad, no segundo turno das eleições presidenciais. Em 2017, ele chamou Bolsonaro de "fascista" e "preconceituoso" em uma entrevista a um programa da Rede Meio Norte.

Deputadas

ENCONTRO DE EXTREMISTAS

A deputada Bia Kicis (PSL-DF), aliada do presidente Jair Bolsonaro, se encontrou com Beatrix von Storch, deputada do partido Alternativa para a Alemanha (AfD), investigada pelo serviço de Inteligência por propagar ideias neonazistas, xenofóbicas e extremistas. Bia (à esquerda) publicou, ontem, uma foto do encontro nas redes sociais. **TWITTER/REPRODUÇÃO**



Roberto Jefferson chama embaixador chinês de 'macaco'

OFENSAS O presidente do PTB, o ex-deputado federal Roberto Jefferson, apareceu ontem em vídeo postado em grupos de WhatsApp com dois revólveres em punho, se colocando como "parte da resistência e da última trincheira da liberdade". O embaixador Yang Wanming e a Embaixada da China não se posicionaram sobre os ataques.

Com um discurso cheio de clichês e desconexo com a realidade atual do país, Jeffer-

son - pivô do escândalo do mensalão no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010) -, aproveitou para enfatizar o discurso bolsonarista, que vê na China o seu alvo preferencial para críticas e ataques.

Jefferson parece estar em um clube de tiro, onde critica o comunismo, chama o embaixador chinês de "chinês malandro" e "macaco" e diz que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) "tem que mandá-lo embora".

"Esse Xing Ling embaixador", ataca o ex-parlamentar, segurando duas pistolas. "Quando tudo estiver exaurido, nós somos a retaguarda e só sobre o nosso cadáver que vão implantar aqui um regime ateu, marxista, comunista, onde um palhaço, macaco, um realejo que repete dogmas de Marx como esse embaixador da China, dá ordens às pessoas", discursa ele. "Eu não me ajoelho a esse macaco chinês", conclui Roberto Jefferson.

GOVERNO DESBLOQUEIA TODO ORÇAMENTO DE 2021

CONTAS PÚBLICAS A diminuição de diversas estimativas de gastos obrigatórios criou espaço no teto federal de gastos e fez o governo desbloquear todo o Orçamento de 2021. Segundo o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério da Economia, a equipe econômica liberou os R\$ 4,522 bilhões que estavam contingenciados desde a sanção do Orçamento, em abril.

A pasta mais beneficiada foi o Ministério da Educação, com R\$ 1,558 bilhão liberados. Em seguida, vêm os ministérios da Economia (R\$ 830,5 milhões), da Defesa (R\$ 671,7 milhões) e do Desenvolvimento Regional (R\$ 382,7 bilhões).

Da verba que estava bloqueada, R\$ 2,8 bilhões poderão ser liberados para gastos discricionários (não obrigatórios), como investimentos (obras e compras de equipamentos).

O relatório também aumentou em R\$ 25,44 bilhões, de R\$ 99,495 bilhões para R\$ 124,935 bilhões, a previsão de créditos extraordinários.

Tribuna

Bares e restaurantes planejam retomada

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

O avanço da vacinação, a redução nas internações hospitalares e a diminuição nas medidas restritivas começam a mostrar resultados positivos para o setor de bares e restaurantes. Levantamento feito em todo o Brasil pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) aponta para uma melhora no faturamento no setor nos últimos meses. Conforme a pesquisa, entre abril e junho deste ano houve uma queda de 21% nos índices de empresas que estavam trabalhando no prejuízo. Para o presidente da Abrasel Seccional Bahia, Leandro Menezes, o levantamento indica um início de recuperação no setor que vinha sofrendo em meio à pandemia no novo coronavírus. Na Bahia, são 57 mil estabelecimentos que funcionam

como bares e restaurantes.

"Há motivos para otimismo porque ficamos muito tempo sem condição de trabalhar. Nesse início de retomada já percebemos a confiança de alguns empresários e do público para consumir dentro dos bares e restaurantes. É bem verdade que ainda é muito pouco para todo esse período de restrição e de abre e fecha, mas temos que comemorar mesmo sabendo que há uma longa caminhada pela frente para recuperar todos esses prejuízos que nos foram causados", considerou. Questionado sobre o número de estabelecimentos que reabriram esses últimos meses na Bahia, o presidente da Abrasel afirmou não ter um número definido, no entanto, justificou dizendo que a maioria das empresas que tiveram dificuldades na pandemia preferiu reduzir o número de funcioná-

rios a fechar o estabelecimento. "Não temos um dado específico para saber quantos estabelecimentos reabriram porque as empresas não deram baixas no CNPJ junto a Juceb. O que aconteceu é que houve muitas empresas que ficaram operando ali com dois, três funcionários e mantendo a estrutura para poder nessa retomada reabrir", disse.

Ainda segundo o levantamento da Abrasel, 27% de bares e restaurantes pretendem contratar funcionários nos próximos três meses. Um desses casos, por exemplo, é do Ponte Aérea Bar, que segundo a sócia Alanna Mazola, ainda enfrenta dificuldade com a pandemia, mas que teve uma leve melhora nas vendas. "A gente tem tido sim uma melhora até porque sofremos um impacto muito forte com a restrição, por exemplo, da venda de bebidas alcoólicas. Então,

o fato de voltar a poder a vender bebida alcoólica já melhora e faz com que a gente sinta a necessidade de ter mais funcionários no estabelecimento", disse ela projetando novas contratações em breve.

Conforme decreto estadual em vigor, os estabelecimentos comerciais que funcionem como restaurantes, bares e congêneres deverão encerrar o atendimento presencial às 23h, permitidos os serviços de entrega em domicílio (delivery) de alimentação até as 0h. "Essa retomada é reflexo das ações do Governo do Estado e das prefeituras no controle da pandemia. Esperamos que esse movimento possa continuar para que a Bahia o mais rápido possível recupere todas essas perdas não só no setor de bares e restaurante, mas em toda atividade turística", disse o secretário de Turismo da Bahia, Mauricio Bacellar.

Contratação de temporários deve subir 20%

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Para quem perdeu o trabalho durante a pandemia e está sem esperança de recolocação em pouco espaço de tempo, uma boa notícia é de que o trabalho temporário pode ser uma excelente opção. Essa modalidade de emprego vem ganhando importante papel na geração de vagas formais e no combate ao desemprego no país. Segundo a Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem), o próximo trimestre também deve ser de crescimento. Para os meses de julho, agosto e setembro, a Asserttem espera um aumento de 20% nas contratações temporárias em comparação com o mesmo período de 2020. Já no 4º trimestre a expectativa é de que cresça ainda mais em todo o país.

A Bahia segue a tendência nacional e o diretor regional Nordeste da Asserttem, Cristian Giuriato enfatiza que os setores de maior demanda foram da indústria, varejo, comércio e alimentício, "não podemos esquecer os de mercados tivemos um na região, que teve que contratar substitutos para todos os funcionários pois foram infectados por covid. Agora temos uma outra realidade, com a vacinação, as indústrias estão produzindo já visando as festas de finais de ano. Por isso acreditamos que a tendência é aumentar o número de contratos temporários".

Cristian ainda destaca que o serviço temporário é legal e formal, "a modalidade do trabalho temporário é consolidada pela Lei Federal 6019 e do Decreto nº 10.060/2019. Para os meses de julho, agosto e setembro a Asserttem espera um aumento

de 20% nas contratações temporárias em comparação com o mesmo período de 2020, o que representa a criação de mais de 630 mil vagas. Ano passado, o terceiro semestre gerou 530.840 vagas em todo o país.

A Associação não tem recortes ou dados regionais, nem por estados, porém admite que a tendência é geral e que o estado utiliza muito os serviços por trabalho temporário, que ao seu ver é uma excelente oportunidade, "principalmente para jovens e pessoas idosas que querem o primeiro emprego ou precisam se recolocar no trabalho, respectivamente. O que percebemos ao longo dos anos é que se demonstram habilidade acabam sendo contratados em definitivo", pondera Cristian.

O engenheiro Breno Mendes aproveitou as oportunidades oferecidas e des-

taca que quando foi desligado de uma empresa de grande porte em maio do ano passado com família para alimentar e boletos a pagar respirou fundo e foi a luta. Aceitou logo em junho um serviço temporário em outro estado e numa cidade do interior.

"Longe da família aproveitei para fazer uma especialização virtual e deu certo, seis meses depois estava ganhando mais e em outra empresa com serviço temporário. Em junho, antes do término do trabalho, fui contratado exatamente na área onde me especializei na engenharia. O que não pode é ficar parado".

Para a Asserttem, a antecipação da vacinação da população adulta (maiores de 18 anos) em diversos estados brasileiros pode surpreender positivamente em relação à contratação de temporários

Tribuna

Coluna 
ESPLANADA


LEANDRO MAZZINI

CAFÉ GELADO

O mercado de café, um dos principais produtos de exportação do Brasil, deve sofrer inflação daqui até o fim do ano. A expectativa para este 2021 era de baixa na produção, seguindo o ciclo histórico de alternância de boas e fracas colheitas. Mas a forte seca seguida das geadas – principalmente nas montanhas das regiões Sudeste e Sul – destruíram muitas lavouras. O indicativo de quebra no setor será maior do que os 20% esperados nas plantações do País. A saca de café “bica corrida” de 60 kg já ultrapassa o valor de R\$ 1 mil, enquanto o preço era de R\$ 700 ano passado.

Tribuna

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

Sem fechamento

Apesar da pandemia ter causado estragos à economia, não há notícias do fechamento de estabelecimentos da rede hoteleira de Feira de Santana, segundo o ex-presidente da Associação Comercial Marcelo Alexandrino Souza. "Sobre o faturamento do setor, houve sim queda, acentuada nos meses de março e abril, tanto em 2020 como em 2021 (1ª e 2ª ondas), começando uma recuperação lenta e gradual nos meses subsequentes. O faturamento caiu por volta de 80% nos meses mais críticos. O setor de eventos e hotéis ainda sofrem com a queda de faturamento na faixa de 70% a 80%", declarou o líder empresarial.



O empresário Marcelo Alexandrino falou sobre a pandemia e a hotelaria,



'A hora de errar é agora', diz Guedes ao minimizar perda de R\$ 30 bi



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro Paulo Guedes (Economia) voltou a minimizar a perda anual de R\$ 30 bilhões dos cofres públicos com a proposta que altera o Imposto de Renda formulada por ele e pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA). Para o titular da equipe econômica, 'a hora de errar é agora'.

'Nós vamos para o risco, preferimos errar para o outro lado [corte de receitas]. Se tiver que errar, a hora de errar é agora', afirmou durante debate realizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

O ministro defende que o crescimento da **arrecadação** observado em 2021 autoriza ele a 'arriscar' perda de recursos com as mudanças, que serão observadas de forma permanente a partir de 2022. '[A **arrecadação** está vindo] R\$ 200 bilhões acima [de 2020]. Será que eu não posso arriscar R\$ 30 bilhões?', disse.

Analistas vêm criticando a ideia porque ela usa um fator de caráter não-recorrente (melhora nas receitas neste ano) para embasar uma perda com efeitos permanentes.

Guedes conhece as críticas. Mas afirma que a **arrecadação** não vai voltar a cair nos próximos anos mesmo que o **PIB (Produto Interno Bruto)** do país não cresça. Desta vez, no entanto, ele adicionou um adendo às declarações: 'mas também não caia'.

'Ah não, mas isso é temporário e ano que vem...' Não, quem conhece a economia sabe que a **arrecadação** depende do nível. Se eu crescer zero nos próximos três anos, mas também não caia, o nível de **arrecadação** é esse. Tem R\$ 200 bilhões a mais lá', disse.

No primeiro semestre, a **arrecadação** federal ficou R\$ 176 bilhões, ou 24%, acima de igual período do ano passado (já descontada a inflação). Os R\$ 897 bilhões obtidos foram o melhor resultado em 22 anos.

Mas, conforme mostrou o jornal Folha de S.Paulo, economistas apontam que a melhora vista em 2021 está ligada a fatores não assegurados para os anos futuros, como a própria melhora na economia na comparação com o ano de chegada da pandemia, o preço das commodities e até o padrão de consumo na crise -mais voltado a bens (em geral, com taxaçoão mais elevada do que serviços).

Há dúvidas sobre o comportamento da economia e das receitas nos anos seguintes -em especial considerando os impactos da crise energética e as incertezas sobre a recuperação da economia em meio à persistência da Covid-19 no país. Por isso, contar com essa elevação para respaldar um programa permanente é questionado por especialistas, que apontam que o ideal é uma proposta que não tenha impacto fiscal negativo.

O país está no vermelho desde 2014 e atingiu um rombo recorde em 2020 devido às medidas anticrise da Covid-19. A dívida bruta do governo é de R\$ 6,7 trilhões -o que representa 84,5% do **PIB**. O endividamento é pago pelo país como um todo.

O buraco na **arrecadação** pode ser ainda maior se as medidas de compensação previstas na proposta não forem integralmente aprovadas no Congresso. Entre elas, estão a imposição do teto de **salário** para **servidores** públicos, a taxação de auxílios no funcionalismo e a retirada de diferentes subsídios para grupos empresariais.

Estados e municípios reclamam que praticamente toda a perda gerada pela proposta vai ficar com eles. Em cartas públicas, eles atacaram a proposta e secretários estaduais de Fazenda a chamaram de 'atentado'.

Para conquistar apoio de governadores e prefeitos, Sabino, relator da proposta, sugeriu criar uma garantia para que eles não percam **arrecadação**.

'Nós estamos oferecendo ao Ministério da Economia, e ele está muito sensível a uma ideia que vamos discutir. Para colocarmos um hedge [espécie de seguro] para

nenhum estado ter redução no FPE e FPM [fundos de participação de estados e municípios, respectivamente]. E assim agradar gregos e troianos', afirmou Sabino.

Guedes não mencionou a sugestão diretamente, mas mostrou contrariedade com a proposta de gerar uma garantia a estados.

'Nós somos federalistas, queremos ajudar estados e municípios. Mas não pode haver um abuso nisso, em querer fazer um acordo dos impostos em cima de garantias da União', disse Guedes. 'Eu já vivi esse troço antes. Vamos dar os repasses como damos, mas sabemos até onde podemos ir. Não podemos, para ficar bem com outra instância da federação, destruir o futuro de nossos filhos e netos, nosso compromisso com a estabilidade fiscal', afirmou o ministro.

Guedes aproveitou para reforçar sua defesa pela taxação de dividendos e pelo fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio (os JCP, recursos distribuídos a acionistas e que geram desconto na base de cálculo de impostos das empresas).

No caso dos dividendos, Guedes sinalizou que pode haver uma isenção maior do que a prevista. "Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso", afirmou.

A proposta prevê atualmente a tributação de 20% sobre dividendos pagos para fora do grupo econômico, sendo que há uma isenção de R\$ 20 mil por mês caso o pagamento seja feito por micro e pequenas empresas.

O relator já mencionou outras possibilidades de mudança nesse ponto, como um menor patamar de isenção ou também a possibilidade de uma progressividade para os dividendos (com cobrança maior para valores maiores).

O ministro também sinalizou que os JCP podem ter um fim escalonado -embora não abra mão de o fim da dedutibilidade continuar na proposta.

Durante o evento, tanto a CNI como a Febraban defenderam uma reforma tributária ampla -ideia que desagradou Guedes.

"Nós entendemos que essa reforma ampla seria a adequada para o país", afirmou Robson Andrade, presidente da CNI. A confederação defendia a PEC (proposta de emenda à Constituição) 45, de autoria da Câmara, que fundia tributos federais, estaduais e municipais -mas que foi praticamente inviabilizada após atuação do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Guedes rechaça uma reforma ampla porque as discussões acabam impulsionando a criação de um fundo de R\$ 500 bilhões pago pela União para compensar prefeitos e governadores. Além disso, ele considera que a alíquota a ser aplicada pelo imposto resultante das fusões seria muito alta, o que prejudicaria principalmente comércio e serviços.

"É muito fácil dizer que tem uma reforma ampla, mas quando você vai olhar não tem nada embaixo. É um painel cheio de botão, mas você aperta e não tem nenhum fio embaixo. É bláblá", afirmou o ministro.

Isaac Sidney, presidente da Febraban, disse no evento que o governo deve ter entre suas prioridades o equilíbrio nas contas públicas, o controle da pandemia e a agenda de reformas. Segundo ele, a entidade está disposta a colaborar com a 'construção de um pontapé inicial' para as mudanças no sistema de impostos.

'Não ignoro que nossa economia ainda esteja vulnerável ao sabor de algumas incertezas e alguns desafios. Como a dinâmica fiscal ainda débil, patamares elevados de **desemprego**, inflação em níveis acima da meta, uma **crise hídrica** que nos ameaça com risco de apagões, instabilidade política e outros fatores", afirmou Sidney.

"Mas podemos e, mais do que isso, devemos construir um ambiente fértil e propício para as reformas", disse Sidney, que defendeu a discussão "ainda que o setor bancário não esteja tendo seus interesses totalmente contemplados". Dentre as reclamações da Febraban, estão os impostos mais altos para os grandes bancos do que para as fintechs.

Assuntos e Palavras-Chave: SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Desemprego, PIB - Produto Interno Bruto | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, Salários dos Servidores | SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - Crise hídrica

Governo anuncia desbloqueio de R\$ 4,5 bilhões em verbas de ministérios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ministério da Economia revisou as contas deste ano e anunciou nesta quinta-feira (22) o desbloqueio de R\$ 4,5 bilhões de verbas dos ministérios. Os recursos estavam travados por conta do aperto no Orçamento.

De acordo com a pasta, há ainda um espaço adicional de R\$ 2,8 bilhões que poderão ser usados para ampliar despesas de livre manejo do governo, como é o caso dos investimentos.

Diferentemente do que afirmou o presidente Jair Bolsonaro na quarta-feira (21), a abertura de espaço nas contas não foi motivada pela melhora na **arrecadação** de tributos. Na verdade, houve um recuo nas projeções de gastos, o que deixa uma folga no teto -regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

"Como a **arrecadação** tem aumentando assustadoramente estou até preocupado positivamente, óbvio né, a **arrecadação** subiu assustadoramente, nós resolvemos descontingenciar todos os recursos previstos no Orçamento dos ministérios, todos", afirmou o presidente.

No entanto, a liberação das verbas apenas será possível porque o Ministério da Economia reduziu as estimativas de gastos como do programa Bolsa Família, com menos R\$ 9,5 bilhões, folha salarial de servidores, em uma redução de R\$ 3 bilhões, e despesas com o Fies (financiamento estudantil), com um recuo de R\$ 1,8 bilhão.

Também foram revistas as contas de incentivos tributários (menos R\$ 905 milhões), benefícios previdenciários do INSS (menos R\$ 891 milhões) e subsídios aos fundos constitucionais (menos R\$ 546 milhões).

Parte do alívio nas contas é explicada pelos gastos emergenciais do governo para o enfrentamento da pandemia, que são liberados sem impactar as regras fiscais. Até o momento, foram R\$ 124,9 bilhões autorizados em despesas desse tipo.

Com a liberação do auxílio emergencial, por exemplo, o Executivo deixa de fazer boa parte do gasto que estava previsto para o Bolsa Família neste ano.

Em abril, ao sancionar o Orçamento deste ano, o presidente Jair Bolsonaro bloqueou R\$ 9,3 bilhões dos

ministérios. O objetivo era evitar um rompimento do teto de gastos.

Esse bloqueio poderia ser revertido ao longo do ano caso o governo encontrasse margem no teto.

O Executivo já havia feito outros desbloqueios após constatar uma abertura de espaço no Orçamento. O anúncio desta quinta faz a liberação final de todas as verbas que estavam travadas.

As maiores liberações nesta última rodada ficaram com os ministérios da Educação (R\$ 1,6 bilhão), Economia (R\$ 830 milhões), Defesa (R\$ 671 milhões) e Desenvolvimento Regional (R\$ 382 milhões).

Na revisão das contas do ano, o Ministério da Economia agora prevê que o governo federal encerrará 2021 com um déficit fiscal de R\$ 155,4 bilhões. A última estimativa, divulgada em maio, previa um rombo de R\$ 187,7 bilhões.

Para este ano, a meta fiscal que o governo deve perseguir é de déficit primário de R\$ 247,1 bilhões.

Do lado da **arrecadação**, houve uma melhora nas projeções para o ano. As receitas para 2021, já descontadas as transferências para estados e municípios, deve ficar R\$ 43 bilhões acima do previsto anteriormente, totalizando R\$ 1,476 trilhão.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação



Governo investe R\$ 305 milhões na requalificação das escolas para retomada das aulas presenciais

22 julho 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

A Bahia está investindo R\$ 305 milhões para a requalificação das escolas públicas na retomada das aulas presenciais, na próxima segunda-feira (26). Nas unidades escolares foram realizadas manutenções e adequações que possibilitarão que os alunos sejam recebidos com mais segurança, por conta dos protocolos que foram implantados. Conforme anunciado pelo governador Rui Costa, o retorno às aulas será de forma híbrida.

O secretário estadual da Educação, Jerônimo Rodrigues, garantiu que o Estado está preparado para realizar de maneira organizada este retorno. “A escola está preparada para receber os estudantes e servidores. As salas estão preparadas com ventiladores, com uma melhor aeração, cuidaremos para que os estudantes recebam e usem máscaras, e vamos aferir a temperatura. Nós estamos iniciando essa etapa porque os indicadores estão favoráveis para esse modelo. A nossa primeira motivação para este retorno ao aprendizado é o cuidado com a realização de todos os protocolos de segurança”

Dentre as ações de prevenção e controle, o Governo adquiriu termômetros, máscaras, álcool em gel e tapetes sanitizantes; e foram instalados pias e lavabos para a higienização das mãos. Além de aparelhar as escolas, o Governo do Estado também investiu em aquisição de equipamentos digitais; infraestrutura tecnológica e conectividade; e na formação de professores. Há também uma previsão de mais R\$ 62 milhões para manutenção e pequenas reformas, ainda neste ano, visando aprimoramento da rede física das escolas. Na reforma e construção de novas escolas e complexos poliesportivos educacionais, que estão sendo realizadas independentemente da pandemia, estão sendo investidos cerca de R\$ 1 bilhão pelo Governo do Estado.

Na Escola Estadual Manoel Devoto, localizada no bairro do Rio Vermelho, as mudanças estão por toda a parte. Nos banheiros; na cantina; nas salas de aula, na biblioteca e até mesmo na área externa de recreação. São 1800 alunos do ensino médio que retomarão as atividades na próxima segunda.

Para Luís Cardoso, secretário do colégio essa retomada é muito importante, e a expectativa para a chegada dos alunos cresce a cada dia que se aproxima a data prevista para o retorno.

Modelo híbrido

Cada colégio tem autonomia para reforçar as medidas de segurança que melhor lhe convier, e deverá ser divulgada pelos diretores e coordenadores. Mas, no modelo atual, a escola receberá 50% dos alunos em sala, e a outra metade terá aulas de maneira remota. A divisão dos grupos deve ser feita por ordem alfabética. A semana escolar passará a ter mais um dia; parte do grupo estudará segunda, quarta e sexta, e a outra parte terça, quinta e sábado.

Na unidade escolar, os alunos deverão passar por aferição de temperatura na entrada, ficarem, no mínimo, a 1,50 metro de distância, além de utilizar os equipamentos de segurança oferecidos pelo Governo. A rede estadual conta com 25.716 escolas nos 417 municípios baianos.

Segundo Andreia Passos, diretora do colégio estadual Aliomar Baleeiro, em Pernambués, tudo foi pensado respeitando os critérios de segurança e saúde. “Fizemos a divisão das turmas, colocamos álcool em gel nas salas, trocamos as torneiras dos bebedouros, no kit escolar o aluno receberá uma garrafinha para beber água, nas salas teremos apenas 20 alunos, e a merenda será oferecida dentro da sala”.

Repórter: Leiliane Fláu

Veículo: Metro1	
Data: 22/07/2021	Caderno: Economia



ECONOMIA

Após alta na arrecadação de impostos, governo desbloqueia R\$ 4,5 bi do Orçamento

Principal ministério a ser atendido pelo desbloqueio é o da Educação, que terá R\$ 1,5 bilhão para utilizar este ano



Foto: Arquivo Agência Brasil

Por: **Luciana Freire** no dia 22 de julho de 2021 às 16:30

A alta na arrecadação de impostos registrada no primeiro semestre deste ano permitiu com que o governo desbloqueasse R\$ 4,5 bilhões do Orçamento da União.

A informação consta no relatório de avaliação de receitas e despesas divulgado pelo Ministério da Economia nesta quinta-feira (22).

Além do desbloqueio, os ministérios terão mais espaço para realizar despesas discricionárias, que não são obrigatórias. Esses recursos podem ser utilizados para investimentos do governo, como obras, mas ainda não há decisão sobre a alocação desses recursos.

O principal ministério a ser atendido pelo desbloqueio é o da Educação, que terá R\$ 1,5 bilhão para utilizar este ano.

Veículo: G1	
Data: 22/07/2021	Caderno: Economia



Governo anuncia desbloqueio de R\$ 4,5 bilhões do Orçamento 2021 com revisão de gastos obrigatórios

Redução em gastos com salário de servidores e Bolsa Família deve abrir folga de R\$ 12,3 bilhões no teto de gastos, diz equipe econômica. Bolsonaro já havia antecipado desbloqueio de recursos.

Por Jamile Racanici, TV Globo — Brasília

22/07/2021 15h16 Atualizado há 18 horas

O **Ministério da Economia** anunciou nesta quinta-feira (22) que o governo federal vai liberar os **R\$ 4,5 bilhões que restavam bloqueados** no orçamento federal para este ano.

O desbloqueio será possível com a revisão de despesas obrigatórias, principalmente do **Bolsa Família** e gastos com salários de servidores. Os dados foram divulgados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2021.

A liberação dos recursos só será oficializada quando o presidente Jair Bolsonaro editar um decreto com o desbloqueio, o que deve ocorrer **até 30 de julho**.

A equipe econômica reduziu em R\$ 9,5 bilhões a estimativa de gastos com o Bolsa Família. Segundo o secretário de Orçamento Federal, Ariosto Antunes Calau, a diminuição se explica porque **parte dos beneficiários continuou recebendo o auxílio emergencial**, que é financiado com créditos extraordinários.

Já os gastos com pessoal, segundo as projeções divulgadas pela Economia, foram reduzidos em R\$ 3,02 bilhões.

A terceira maior redução, de R\$ 1,755 bilhões, foi feita pela equipe econômica nas estimativas do impacto do **Fies** no resultado primário. A melhoria nas contas do programa de financiamento estudantil se deve principalmente ao Fundo Garantidor da Educação, que honrou operações em atraso.

A liberação dos recursos **já tinha sido antecipada pelo presidente Jair Bolsonaro nesta quarta (21).** Veja no vídeo abaixo:



Governo vai liberar para ministérios recursos bloqueados, diz presidente Bolsonaro

Ao todo, a revisão de estimativas no terceiro bimestre reduziu os gastos obrigatórios em R\$ 16,8 bilhões. Com isso, abriu-se uma **folga de R\$ 12,3 bilhões em relação ao teto de gastos.**

Até o segundo bimestre deste ano, o governo avaliava que não conseguiria cumprir o teto, que seria ultrapassado em R\$ 4,5 bilhões -- motivo pelo qual os recursos estavam bloqueados e puderam ser liberados agora.

Com o desbloqueio e o espaço no teto, a equipe econômica ainda estimou que os **gastos livres do Executivo poderão crescer em R\$ 2,8 bilhões.**

De acordo com Funchal, o governo federal não vai manter esses R\$ 2,8 bilhões como reserva. Para realocar os recursos, o Executivo vai enviar um projeto de lei para o Congresso Nacional na volta do recesso parlamentar, em agosto.

"No envio do PLN, vai estar descrita a distribuição dos recursos", afirmou. Os recursos no Orçamento **foram contingenciados no início do ano**, diante de incertezas sobre as receitas do governo num cenário econômico ainda bastante impactado pela pandemia de Covid-19. Nos últimos meses, porém, **a economia deu sinais de melhora** e alguns setores começaram a superar perdas do ano anterior.

Créditos extraordinários

No terceiro bimestre do ano, segundo dados do Tesouro Nacional, o volume de créditos extraordinários chega a R\$ 124,9 bilhões.

Em relação ao segundo bimestre de 2020, o montante cresceu em R\$ 25,4 bilhões. De acordo com o secretário especial de Fazenda, Bruno Funchal, o aumento se deve principalmente à prorrogação do **auxílio emergencial** e à **nova rodada do Pronampe**.

Bolsa Família de R\$ 300

Para o ano que vem, o Ministério da Economia estima que haverá uma folga em relação ao teto de gastos de entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões. O espaço se explica pela redução nas estimativas de gastos obrigatórios, como benefícios de Previdência e salários de servidores.

Nesse sentido, Funchal avalia que caberá no teto de gastos uma nova versão do programa com pagamentos "próximos" ao patamar de R\$ 300 mensais, como defende Bolsonaro.

"Seguindo essas projeções de espaço entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões é possível fazer um programa que chegue próximo aos R\$ 300 e reservar alguma coisa para investimentos", afirmou.

Redução no rombo das contas públicas

No relatório, o Ministério da Economia ainda prevê uma melhoria no resultado primário da União. O rombo previsto nas contas públicas para o final do ano caiu de R\$ 187,7 bilhões (2,2% do PIB) para R\$ 155,4 bilhões (1,8% do PIB).

Funchal ressaltou que, com a melhoria nas contas públicas, a pasta passou a projetar que o resultado primário do governo será positivo entre 2023 e 2024. A volta do superávit primário era prevista apenas entre 2026 e 2027 pela equipe econômica.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/07/2021	Coluna: Economia



GOVERNO DESBLOQUEIA R\$ 4,5 BI APÓS ALTA NA ARRECADAÇÃO



22 Julho, 2021

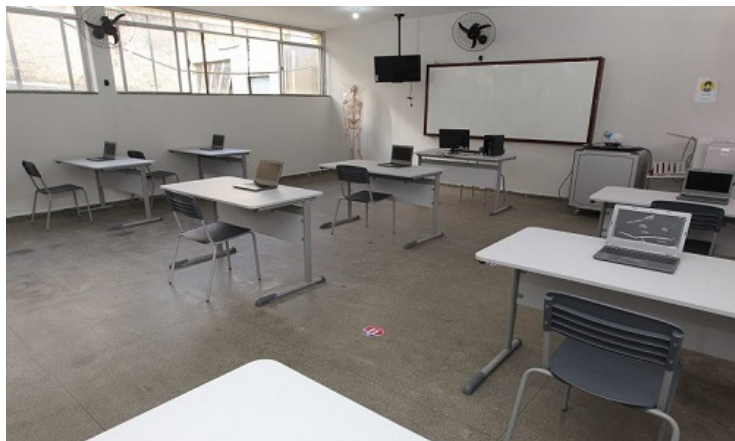
A alta na arrecadação de impostos registrada no primeiro semestre deste ano permitiu com que o governo desbloqueasse R\$ 4,5 bilhões do Orçamento da União. A informação consta no relatório de avaliação de receitas e despesas divulgado pelo Ministério da Economia nesta quinta-feira (22).

Além do desbloqueio, os ministérios terão mais espaço para realizar despesas discricionárias, que não são obrigatórias. O principal ministério a ser atendido pelo desbloqueio é o da Educação, que terá R\$ 1,5 bilhão para utilizar este ano.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/07/2021	Coluna: Economia



ESTADO INVESTE R\$ 305 MI NA REQUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS



22 Julho, 2021

A Bahia está investindo R\$ 305 milhões para a requalificação das escolas públicas na retomada das aulas presenciais, na próxima segunda-feira (26). Nas unidades escolares foram realizadas manutenções e adequações que possibilitarão que os alunos sejam recebidos com mais segurança, por conta dos protocolos que foram implantados. Conforme anunciado pelo governador Rui Costa, o retorno às aulas será de forma híbrida.

O secretário estadual da Educação, Jerônimo Rodrigues, garantiu que o Estado está preparado para realizar de maneira organizada este retorno. “A escola está preparada para receber os estudantes e servidores. As salas estão preparadas com ventiladores, com uma melhor aeração, cuidaremos para que os estudantes recebam e usem máscaras, e vamos aferir a temperatura. Nós estamos iniciando essa etapa porque os indicadores estão favoráveis para esse modelo. A nossa primeira motivação para este retorno ao aprendizado é o cuidado com a realização de todos os protocolos de segurança”

Dentre as ações de prevenção e controle, o Governo adquiriu termômetros, máscaras, álcool em gel e tapetes sanitizantes; e foram instalados pias e lavabos para a higienização das mãos. Há também uma previsão de mais R\$ 62 milhões para manutenção e pequenas reformas, ainda neste ano, visando aprimoramento da rede física das escolas.

mercado

Tabus tributários

Reforma tributária do governo caminha para a gaveta ou uma megadesoneração

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UNB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

A reforma tributária do governo caminha para a gaveta ou uma megadesoneração.

A proposta de mudança da tributação indireta, unificando o PIS e a Cofins em uma CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), com alíquota única no destino e aproveitamento integral de tributos pagos na compra de insumos, é o caminho certo, mas encontra barreira em vários setores hoje desonerados.

A proposta de mudança da tributação direta, com desoneração do lucro retido e

oneração do lucro distribuído, também estava na direção correta, mas nas últimas semanas a iniciativa se transformou em um festival de benesses para altos rendimentos do capital, com perigo de adotar uma hipótese furada de que desonerar os super-ricos beneficia toda a economia.

Se a reforma racional e justa não ocorrer nos próximos quatro meses, o cenário mais provável, os temas levantados pelas Recetas certamente voltarão na campanha de 2022 e farão parte da agenda de governo a par-

te de 2023, seja qual for o resultado eleitoral do ano que vem. Reformar e aumentar tributos é assunto técnico e político, altamente impopular, mas ainda assim necessário para que o Brasil saia do atoleiro dos últimos 40 anos.

Parte de nosso baixo crescimento não vem do sistema tributário, que penaliza a industrialização, a inovação, a exportação e a formalização do mercado de trabalho, além de concentrar renda. Levará algum tempo para sairmos da atual confusão tributária,

e, nesse processo, será preciso enfrentar pelo menos três tabus das últimas décadas.

Primeiro, tributação indireta boa é tributação indireta simples, mesmo que isso seja regressivo. Todos os bens e serviços devem pagar a mesma alíquota, independentemente do uso, produtor ou comprador. Isso significa, por exemplo, tributar livro e comida, tratar combustível usado em transporte urbano da mesma forma que combustível usado em transporte pessoal, e assim em diante.

Como alíquota única é altamente regressiva (os mais pobres pagam relativamente mais), sua adoção deve vir acompanhada da ampliação e aperfeiçoamento de programas de transferência de renda às famílias de baixa renda e subsídios para setores ou atividades que o governo considerar prioritários.

Tributar igual e transferir diferencialmente é difícil? Sim, mas ainda assim bem menos problemático do que desonerar quem tem mais poder de pressão em nome de transferir recursos para atividades ou fins nobres.

Segundo, a tributação de renda pessoal deve incidir uniformemente sobre toda a renda pessoal, não importa a fonte dos recursos. A alíquota de Imposto de Renda deve ser a mesma sobre salário, aluguel, juro, dividendos e outras fontes de renda. Cada fonte de renda pode e

deve ter alíquota específica de retenção na fonte, mas todas as fontes de renda devem ser consolidadas na declaração anual de IR, na qual cada um poderá compensar o imposto pago do imposto devido, sendo o imposto devido calculado com base em uma tabela progressiva comum a todos os brasileiros.

Terceiro, para construir um amplo programa de seguro de renda, no qual ninguém é invisível e todos possam eventualmente receber renda básica, é preciso que todos declarem renda. Em outras palavras, é preciso unificar os cadastros da Receita e de todos os programas sociais do governo.

A evolução natural da economia para um sistema de pagamento 100% eletrônico torna essa mudança possível, mas, assim como os dois pontos anteriores, a implementação requer superar o tabu de que só rico declara renda à Receita no Brasil.

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

HBO Max ganha assinantes na contramão da Netflix nos EUA

Serviço obtém 2,4 milhões de novos pagantes no 2º tri, enquanto rival perdeu 430 mil na América do Norte

LONDRES | FINANCIAL TIMES A HBO Max obteve 2,4 milhões de novos assinantes nos EUA no segundo trimestre, e centenas de milhares de americanos cancelaram suas assinaturas na Netflix, em um sinal de como esquentou a batalha do streaming em Hollywood.

A companhia tinha 12,1 milhões de assinantes pessoa física no serviço HBO Max pelo fim de junho, ante 9,7 milhões no fim de março. Isso não inclui pessoas que têm acesso à HBO Max (que estreou em junho no Brasil) gratuitamente vinculada à TV por assinatura.

Em contraste, a Netflix perdeu 430 mil assinantes nos EUA e no Canadá no mesmo período, alimentando preocupações de que a gigante do streaming perdeu terreno para novos concorrentes no mercado do qual foi pioneira.

A Netflix ainda tem 74 milhões de assinantes nos EUA e no Canadá, e 209 milhões em todo o planeta, o que a coloca na liderança do mercado de streaming por larga variedade. Mas investidores e analistas estão preocupados com sua desaceleração na América do Norte.

"Deveria estar claro, a esta altura, que o mercado de streaming dos EUA se tornou muito mais competitivo", disse Michael Nathanson, analista da MoffettNathanson. "A posição da Netflix, pioneira do mercado, está claramente sendo desafiada", disse. "A meia-idade parece estar chegando para a Netflix nos Estados Unidos".

Nos últimos anos, empresas de mídia tradicional se consolidaram para ganhar escala, enquanto tentam se reinventar como serviços de streaming e concorrer com uma Netflix. A Disney adquiriu a Fox por US\$ 71 bilhões, e a AT&T, a WarnerMedia, por US\$ 85 bilhões.

Em maio, a AT&T decidiu promover a cisão da WarnerMedia e fundi-la com a rival Discovery, apenas três dias depois de adquirir a companhia, uma retirada humilhante de Hollywood para a companhia de telecomunicações. A transação combinou um

dos acervos mais valiosos do mundo do entretenimento — que inclui os estúdios de cinema e televisão da Warner Bros., a rede de TV a cabo HBO e um conjunto de canais de TV a cabo que inclui a CNN — com a programação da Discovery, baseada em documentários e reality shows que abarcam do esporte e fauna e flora à reforma de casas.

O comando da Netflix desconsiderou nesta semana a HBO como ameaça. Reed Hastings, copresidente executivo da companhia, disse a investidores que a combinação Discovery-Warner "não era tão significativa" quanto a aquisição da Fox pela Disney, e ao mesmo tempo acrescentou não ter visto impacto da HBO sobre o crescimento da base de assinantes da Netflix.

Netflix reajusta em até 22% valor da assinatura no Brasil

SÃO PAULO A Netflix anunciou que vai reajustar o valor dos seus planos de assinatura no Brasil a partir desta quinta-feira (22).

O plano básico passará de R\$ 21,90 por mês para R\$ 25,90 (alta de 18%), enquanto o plano padrão vai subir de R\$ 32,90 para R\$ 39,90 (+21%). A assinatura premium mensal, por sua vez, terá um aumento de R\$ 10, passando de R\$ 45,90 para R\$ 55,90 (+22%).

Segundo a empresa, os preços praticados no país eram os mesmos desde 2019.

"Acreditamos que as pessoas tenham mais escolhas do que nunca e estamos comprometidos com a entrega de uma experiência ainda melhor para nossos assinantes", afirmou a Netflix em comunicado.

Quem já assina o serviço será comunicado sobre o aumento nos próximos 30 dias. Para novos assinantes, o reajuste já está valendo.

Em reação ao aumento, "Adeus Netflix" ficou entre os assuntos mais comentados do Twitter nesta quinta (22).



Projeção de eVTOL (sigla em inglês para veículo elétrico com pouso e decolagem vertical) da Eve Urban Air Mobility, startup ligada à Embraer que fez parceria com a Flapper, plataforma de aviação privada sob demanda Reprodução

Embraer forma parceria para desenvolver mercado de 'carro voador' na América Latina

BELO HORIZONTE A Eve Urban Air Mobility, startup ligada à Embraer, e a Flapper, plataforma de aviação privada sob demanda, anunciaram nesta

quinta-feira (22) uma parceria para desenvolver o mercado de mobilidade aérea urbana (UAM) na América Latina.

O acordo servirá como prova de conceito para operações regionais do "carro voador" da Eve, modelo denominado eVTOL (sigla em inglês para veículo elétrico com pouso e decolagem vertical). Visualmente, o veículo lembra um misto de drone com helicóptero.

Segundo o comunicado das empresas, a Eve espera fornecer à Flapper até 25 mil horas de voo por ano nas principais cidades da América

Sul, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Santiago (Chile), Bogotá (Colômbia) e Cidade do México.

As companhias planejam promover um sistema de reservas sob demanda para o mercado de mobilidade aérea, utilizando operações com helicópteros a fim de coletar dados para o desenvolvimento dos veículos elétricos de decolagem e pouso vertical. O contrato tem o potencial de trazer até 25 "carros voadores" da Eve para a plataforma da Flapper.

"Seis das dez maiores frotas de helicópteros urbanos estão na América Latina, e a região atualmente possui a infraestrutura mais densa do mundo para esse

tipo de aeronave", disse, em nota, o diretor executivo da Flapper, Paul Mallick.

"Junto com a alta aceitação da UAM [Mobilidade Aérea Urbana] em nossos mercados de operação, estamos perfeitamente posicionados para liderar a revolução da mobilidade aérea no setor".

Para Andre Stein, diretor executivo da Eve, o alcance regional da plataforma de aviação privada, combinado com sua tecnologia sob demanda, torna a Flapper um parceiro ideal para a expansão das operações na América Latina.

"Isso, somado à operação do veículo aéreo de emissão zero da Eve, permitirá a democratização do mercado de UAM para novos parceiros e

mercados-chave, como Brasil, México, Colômbia e Chile."

A implantação de aeronaves da Eve na rede Flapper está sujeita à celebração de contratos finais definitivos entre as partes.

Caso seja bem sucedido, esse não será o primeiro acordo fechado pela Eve Urban Air Mobility. A startup já confirmou parcerias internacionais, uma delas com a Helisul Aviation, uma das maiores operadoras de helicópteros da América Latina. O contrato prevê a entrega de até 50 eVTOLs a partir de 2026.

No mesmo ano, a norte-americana Blade Air Mobility vai receber 60 "carros voadores" da Embraer e vai pagar por hora de voo utilizada.

Desafio Google de Inovação premia projeto da Folha

SÃO PAULO O projeto "Voz Delas", da Folha, é um dos vencedores do Desafio de Inovação da Google News Initiative na América Latina 2021.

Os 21 selecionados da região, sendo 8 deles brasileiros, saíram de mais de 300 inscritos. O Desafio GNI distribuiu um fundo total de US\$ 2 milhões para investir em novos produtos de notícias e modelos de negócio.

O "Voz Delas" será uma ferramenta de monitoramento que apontará, com estatísticas variadas, a representatividade de mulheres nos diversos conteúdos produzidos pelo jornal.

Quantas mulheres são ouvidas, quem são elas e onde precisam ter mais espaço são

três das perguntas a que se pretende responder.

Com o auxílio de machine learning e inteligência artificial, os jornalistas receberam sugestões de quais especialistas poderiam ser consultados para cada assunto. No fim, o objetivo é ter mais equilíbrio no gênero das fontes especializadas entrevistadas.

Metrificadas as vozes que têm espaço nas publicações da Folha já faz parte do trabalho da editoria de Diversidade — implementada na Folha desde 2019 —, no esforço para refletir melhor no produto final, a diversidade que compõe a sociedade brasileira. Nesse sentido, o "Voz Delas" dará escala à coleta de dados e aos resultados.

Bloomberg lança em agosto plataforma de notícias no país

SÃO PAULO A agência Bloomberg firmou um acordo com o Falic Media para lançar a plataforma de notícias Bloomberg Línea, com conteúdo em português e espanhol sobre negócios, economia,

política, cultura, estilo de vida, ciência e tecnologia. A previsão é que a plataforma entre no ar em agosto.

O Falic Media é um braço do grupo americano Falic, que atua nos setores de duty-free, alimentos, moda, comércio, postos de gasolina, lojas de conveniência e hotéis.

Segundo a empresa, a cobertura vai abranger mais de 30 países da América Latina e Caribe e também contará com traduções de material da Bloomberg em inglês.

A plataforma será comandada no Brasil por Toni Sciretta, jornalista com passagens pela Folha e pelo Valor. A Línea terá 70 funcionários, sendo 40 na Redação brasileira, em São Paulo.

"O Brasil terá presença estratégica em nosso projeto de crescimento, que é tornar a Bloomberg Línea a maior plataforma sobre notícias de negócios da América Latina", afirmou, em comunicado, Leon Falic, diretor executivo da Falic Media.

Usuários poderão acessar gratuitamente teasers dos conteúdos da Línea — o acesso ilimitado será apenas para assinantes da plataforma, em planos mensais ou anuais.

Guedes diz que é 'hipocrisia se esconder atrás do pobre'

Ministro rebate críticas à proposta de imposto sobre transações e indica que pode elevar faixa de isenção na taxaço de dividendos

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a mencionar a necessidade de desonerar a folha de pagamentos e rebateu críticas à proposta de imposto sobre transações financeiras, que compensaria a redução de encargos trabalhistas. Ele disse que há hipocrisia em se esconder atrás do pobre para discutir a questão.

Nos moldes da antiga CPMF, o tributo é considerado regressivo. Como a mesma alíquota vale para toda a popu-

lação, independentemente de patrimônio ou renda, os mais pobres acabam pagando mais proporcionalmente.

— A hipocrisia de se esconder atrás do pobre é uma prática no Brasil. Quando falamos do imposto de transação aconteceu isso — disse o ministro em evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sobre reforma tributária.

Guedes argumentou que a cobrança de uma alíquota de 0,1% sobre transações financeiras não pesaria no bolso do cidadão e possibilitaria a desoneração da folha:

— Cobrar 0,1% de um salário mínimo dá R\$ 1. Então a gente faz o seguinte: aumento geral do salário do país, todo mundo R\$ 1 para cima. Pode cobrar agora ou vamos dizer que é regressivo? Isso é uma covardia, uma hipocrisia se esconder atrás do imposto. Se todo mundo pagasse, desoneraríamos, por exemplo, a folha.

SEM MEXER COM MÉDICO

O ministro, no entanto, afirmou que entendeu o recado contrário ao andamento da proposta e ponderou que uma reforma robusta pode exigir

tempo para a reflexão.

Ele também indicou que pode subir a faixa de isenção da taxaço de dividendos para não mexer com “dentista, médico, profissional liberal”. Essas categorias seriam afetadas com a cobrança de imposto sobre dividendos e pressionam por mudanças no texto apresentado pelo governo ao Congresso.

— Quero agradecer o apoio de todo mundo que está nos ajudando, levando sugestões, dizendo “ó cuidado que isso aqui isso é errado”. Eu começo as conversas sempre muito

francamente, e falo: pessoal, pago 20% do dividendo. “Ah não, mas vai pegar os profissionais liberais”. Isenção até R\$ 20 mil, pronto. Se precisar até subir um pouquinho, sobe mais um pouco — disse.

A reforma em discussão na Câmara prevê taxa de 20% sobre dividendos, mas estabelece uma faixa de isenção de R\$ 20 mil mensais. Essa faixa é voltada exclusivamente para empresas pequenas e médias, como as do Simples e do MEI.

Profissionais como médicos e advogados costumam receber seus vencimentos

por meio de dividendos, que são isentos desde 1995.

— Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal. Não é isso. Não queremos atingir a classe média, nada disso. Queremos tributar os mais afluentes e desonerar as empresas e os assalariados — disse Guedes.



ROGÉRIO
FURQUIM
WERNECK



oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

Toque de retirada

Salta aos olhos a escalada de dificuldades que vem sendo enfrentada pela condução da política econômica nos últimos meses, em decorrência da perda de ascendência do governo sobre o Congresso. Basta ter em conta episódios recentes mais marcantes para discernir os contornos de um processo, cada vez mais claro, de avanço do Centrão sobre a condução da política econômica.

Não é que o governo tenha perdido o controle do Congresso para a oposição. Longe disso. O que se observa é algo bem

distinto. Fragilizado como está, o governo perdeu ascendência sobre o bloco parlamentar que supostamente lhe dá apoio. Matérias de seu interesse acabam, sim, sendo aprovadas pelo Congresso. Mas sempre à moda do Centrão. O governo já não tem como impedir que sejam brutalmente desfiguradas.

É o que fica claro quando se tem em conta os episódios do Orçamento secreto, da pilhagem da privatização da Eletrobras e, agora, da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com amplo espaço para reedição do Orçamento secreto, em 2022, e triplicação do financiamento público de partidos políticos nas eleições do ano que vem.

Já era tempo de o Ministério da Economia ter-se dado conta da extensão dessa vulnerabilidade tão séria a que está claramente exposta a condução da política econômica. E, dessa perspectiva, é fácil perceber quão temerária foi a decisão do governo de enviar ao Congresso, justo agora, um projeto tão complexo de reforma da tributação direta no país.

Mesmo que se tratasse de projeto cuidadosamente concebido e bem articulado, sobre o qual o governo tivesse inabalável convicção, ainda teria sido decisão imprudente, tendo em conta o alto risco de que, nas

atuais circunstâncias, as medidas propostas acabassem desfiguradas no Congresso. Tendo em vista, contudo, que não se trata em absoluto de um projeto bem concebido e que, sobre ele, nem mesmo o Ministério da Economia se mostra convicto, a decisão já não pode ser considerada meramente imprudente. Só pode ser percebida como deploreável temeridade.

Reforma tributária está entregue nas mãos do Centrão, ao sabor de uma pororoca de 'lobbies' de todos os tipos

Constatados os furos, as inconsistências e as desarticulações do projeto, o que agora se vê é o complexo sistema de tributação de renda pessoal, lucros e aplicações financeiras no país sendo drasticamente reconcebido pelo Centrão, ao sabor de uma pororoca de lobbies de todo o tipo. No Congresso, brinca-se com dispositivos e parâmetros tributários com a mesma leveza com que uma criança encaixa peças de um jogo de armar, ao acaso, sem maiores preocupações com o que está sendo montado. Não é excesso de pessimismo temer que disso dificilmente sairá um sistema de tributação direta melhor do que o que hoje se tem.

Vendo-se agora relegado a mero coadjuvante na tramitação da reforma no Congresso, o ministro da Economia tem razões

de sobra para estar alarmado com o desfecho que poderão ter as negociações no Legislativo quando, afinal, o projeto for votado em plenário, na Câmara e no Senado.

Tudo indica que o presidente, devidamente alertado, já compartilha dessa apreensão. Há poucos dias, Bolsonaro achou oportuno esclarecer que, a seu ver: "Houve um exagero por parte da Economia na reforma tributária, já está sendo acertado com o relator. Realmente, a Receita, no meu entender, como é muito conservadora, foi com muita sede ao pote". E acrescentou: "Mesmo sendo projeto meu, se passar no Congresso e chegar para mim aumentando a carga tributária, eu veto." (O GLOBO e Estadão, 21/7)

A ameaça de veto é uma solução descabida. Mas ainda há tempo de evitar o pior. Não é a primeira vez que o governo constata que submeteu ao Congresso um projeto equivocado e impensado. Quando isso ocorre, a solução natural é a simples retirada do projeto. É inegável que há muito o que aprimorar na legislação de Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas. Mas, nas atuais circunstâncias, o que de melhor o governo poderia fazer é retirar o projeto do Congresso e deixar a reforma que faria sentido para momento mais oportuno. Se o Centrão consentir, é claro.

Banco Central abre caminho para uso do Pix pelo WhatsApp

Será possível fazer transferência em conversa no app. Função de iniciador de pagamentos também servirá para lojas on-line

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@o5bo.globo.com.br
@GABRIELSH

Com as alterações nas regras do Pix anunciadas ontem pelo Banco Central (BC), será aberto o caminho para que aplicativos de mensagem, como o WhatsApp, passem a usar o serviço e lojas on-line ofereçam meios mais simples de pagamento instantâneo. A nova funcionalidade deve começar em 30 de agosto.

O que o BC fez foi criar a figura de iniciador de pagamentos do Pix. Diferentemente de um banco ou fintech em que o cliente tem uma conta, o iniciador de pagamentos servirá apenas para iniciar um pagamento entre duas partes.

Por exemplo: se o WhatsApp decidir aderir ao Pix,

ele fará o meio de campo entre duas contas. Então, em uma conversa, uma das pessoas poderá iniciar um pagamento via Pix dentro do WhatsApp sem precisar abrir o aplicativo do banco.

Neste caso, somente a autenticação de quem está enviando o dinheiro seria feita no aplicativo do banco. O cliente seria automaticamente direcionado para essa tela de autenticação pelo WhatsApp.

Carlos Eduardo Brandt, chefe da Gerência de Gestão e Operação do Pix no BC, explica que, se um aplicativo de mensagem escolher ser iniciador do Pix, passaria a oferecer toda a dinâmica de pagamento dentro da troca de mensagens. Seria como anexar uma foto.

— Assim que eu autorizar a

transferência, vou autenticar no ambiente do aplicativo do banco A e, automaticamente, esse aplicativo de mensagem chama o aplicativo do banco A. Depois que autenticar, o dinheiro cai automaticamente na conta corrente ou de poupança do recebedor — explicou Brandt.

SEM ACESSAR APP DO BANCO

O serviço funcionaria de forma parecida com o iniciador de pagamentos que já existe e que permitiu fazer transferências dentro do WhatsApp em maio.

O consultor da Gerência de Gestão e Operação do Pix, Breno Lobo, ressalta que a ideia é facilitar todo o processo de transação. Ele explica que, dando a autorização para que o



Mais possibilidades. Funcionalidade de iniciador de pagamentos no Pix começa a ser implementada em 30 de agosto

aplicativo funcione como iniciador, não será necessário fazer login inicial, só autenticar e confirmar a transação.

— Se eu estiver conversando em um aplicativo de mensagens com você e quiser mandar um Pix, tenho que sair dele, entrar no aplicativo do meu banco, colocar minha senha, procurar o ambiente Pix, colocar a chave Pix, autenticar e confirmar — disse Lobo. — Já se o aplicativo de mensagens for iniciador, estou conversando com você ali e, como se estivesse anexando uma foto, escolho fazer um pagamento.

Em nota, o WhatsApp dis-

se quer trabalhar com o Pix no futuro.

Além de aplicativos de mensagens, a função de iniciador também poderá facilitar o pagamento de compras pela internet.

A ideia é que as lojas on-line sejam iniciadoras de pagamento e façam o meio de campo entre a instituição bancária do cliente e a conta do comerciante. Também será possível que uma terceira empresa faça esse trabalho.

No momento de pagar a compra, quem escolher pagar por Pix autoriza a loja a iniciar o pagamento automaticamente

com a instituição financeira cadastrada. O cliente será redirecionado a uma tela do banco em que tem conta para confirmar a transação.

Isso agilizará os pagamentos, já que, hoje, as lojas on-line têm de gerar um QR Code ou código para o cliente colar em seu Pix. Com o novo processo, o cliente não mais precisaria abrir o aplicativo do banco para pagar.

A mesma dinâmica poderia ser replicada em apps de delivery e transporte. O BC permite a cobrança por esse serviço, mas acredita que ele será gratuito para atrair clientes.

ONS prevê setor elétrico no limite em novembro

Na avaliação do órgão, haverá 'esgotamento de praticamente todos os recursos'. A sobra de energia prevista para o mês, o último do período de estiagem, corresponde a 1% do padrão normal do setor

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Uma nota técnica concluída ontem pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) traça um cenário ainda mais desafiador para o fornecimento de energia no fim deste ano por causa da crise hídrica que atinge as hidrelétricas do país. O texto prevê "o esgotamento de praticamente todos os recursos no mês de novembro" para o sistema nacional de energia elétrica.

Para o mês de outubro, o órgão responsável pela operação do sistema elétrico do país afirma que as "sobras (são) bastante reduzidas". O sistema opera com sobras de potência para garantir o fornecimento de energia. São essas sobras que serão consumidas até novembro. O mês

de novembro marca o fim do período seco. Por isso, não há previsões a partir daí.

A nota técnica já incorpora ações tomadas pelo governo, como medidas para reduzir a saída de água de hidrelétricas importantes. Além disso, considera o aumento do PIB de 4,5% no ano, no lugar dos 3% que até então eram usados como referência. O crescimento da economia é o principal parâmetro para a alta do consumo de energia, estimada em 7% neste ano.

MAIS IMPORTAÇÃO DE ENERGIA

O ONS traça dois cenários. Na primeira simulação, a previsão de acionamento do parque termelétrico é mais conservadora no segundo semestre, não sendo considerado no planejamento a hipótese de que existam unidades indisponíveis. Nesse ca-



Risco. Maior uso de energia e menos termelétricas explicam piora na projeção

so, toda a segurança do sistema será consumida em novembro, sendo necessário naquele mês aumentar a importação de energia para não ter apagão. A previsão é de

importar 2.107 megawatts de energia, o equivalente a Angra 1 e 2 juntas.

No segundo cenário, o ONS prevê uma maior participação das termelétricas.

Nesse quadro, o mais otimista, a sobra seria de apenas 144 MW.

Para se ter uma ideia do tamanho do risco que essas sobras representam, normalmente o sistema opera com 14 mil a 15 mil MW de reserva. Ou seja, a sobra prevista para novembro no cenário otimista é de 1% da reserva normal do sistema.

Como o GLOBO mostrou, o ONS pediu o adiamento das paradas de manutenção de todas as usinas do país. Também pediu para mudar a estratégia de geração das usinas do Rio São Francisco, com o objetivo de guardar mais água nesses reservatórios para ser usada o fim do ano.

O ONS diz que a piora nas previsões decorre do aumento da carga de energia e da redução da disponibilidade termelétrica.

O órgão não faz previsão de racionamento ou de apagão, mas os dados apresentados pelo ONS seguem na mesma direção das simulações feitas pela PSR, a principal consultoria do setor elétrico.

As análises da PSR apontam um risco de racionamento de energia e de apagão (blackout) em 2021. O risco de racionamento de energia varia de 20% a 29% considerando crescimento da demanda anual de 6% a 9% em 2021 em relação a 2020.

A PSR também fez as contas considerando as possíveis ações que o governo pode tomar. Diante das simulações feitas, se as ações do governo para mitigar a crise forem bem-sucedidas, os riscos caem bastante, para dentro dos níveis de planejamento, da ordem de 1% a 3%, o que garantiria o abastecimento.

Bolsonaro diz que mudança 'dá uma certa descompressão' para Guedes

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que a criação do Ministério do Emprego e Previdência "dá uma certa descompressão" no ministro da Economia, Paulo Guedes. Bolsonaro

disse que Guedes concordou com a criação da nova pasta, que abrigará áreas que estavam sob sua responsabilidade.

A criação do novo ministério ocorrerá como parte de uma reforma ministerial. O ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, será

deslocado para a Secretaria-Geral, para dar lugar ao senador Ciro Nogueira (PP-AL). Já o atual titular da Secretaria-Geral, Onyx Lorenzoni, irá para o ministério que será criado.

— Dá uma certa descompressão no Paulo Guedes e deixa o Onyx Lorenzoni tra-

tar dessa questão importantíssima que precisamos, sim, além de recuperar empregos, é buscar mais alternativas para atender aos desassistidos — disse Bolsonaro, em entrevista à rádio Banda B.

O presidente ressaltou que o Ministério da Econo-

mia foi resultado da junção de "cinco ministérios" e disse que Guedes precisa de um "esforço enorme" para comandar a pasta.

— Paulo Guedes tem um ministério enorme, ele agregou cinco ministérios no passado, quando assumiu. É um esforço enorme

para manter aquele ministério funcionando. E ele mesmo concordou com a tirada dessa parte que é o antigo Ministério do Trabalho e da Previdência para passar a esse novo ministério.

Também ontem, Paulo Guedes minimizou a decisão. O ministro também elogiou Onyx e ressaltou que ele ajudou a formular a política econômica do governo ainda na campanha eleitoral.

Governo desbloqueia R\$ 4,5 bi do Orçamento deste ano

Com revisão de despesas, avaliação é que há espaço para liberar mais R\$ 2,8 bi

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Uma revisão nas despesas do governo permitiu o desbloqueio de todos os recursos do Orçamento que estavam retidos, totalizando R\$ 4,5 bilhões. A informação consta no relatório de avaliação de receitas e despesas divulgado ontem pelo Ministério da Economia. O valor estava bloqueado por causa da necessidade de reservar recursos para garantir o pagamento de gastos obrigatórios, como aposentadorias e salários.

A informação já tinha sido antecipada pelo presidente Jair Bolsonaro, quando afirmou na véspera que o governo desbloquearia todos os recursos dos ministérios com a arrecadação recorde. A principal razão da revisão para baixo dos gastos foi a redução das despesas com o Bolsa Família, porque o público-alvo passou a receber o auxílio emergencial. Além disso, houve revisão dos gastos com pessoal.

— Fizemos reestimativas mais próximas da folha de pagamento, mas também a revisão de reservas específicas que

tínhamos para concursos públicos, outros ingressos, por exemplo, ressarcimentos relativos à cessão de servidores de estatais para administração pública federal — disse o secretário de Orçamento Federal, Ariosto Calau.

EDUCAÇÃO TEM MAIS R\$1,6 BI

Também por causa da redução na projeção de despesas sujeitas ao teto de gastos — que limita o crescimento das despesas da União —, os ministérios terão mais espaço para investir e custear a máquina pública. O cálculo



Revisão. Despesas com o Bolsa Família caíram com migração para auxílio

da pasta é que a ampliação seria de R\$ 2,8 bilhões.

Esses recursos podem ser usados para investimentos do governo, como obras, mas ainda não há decisão sobre como serão empregados, o que só deve ocorrer quando o governo enviar o projeto ao Congresso após o recesso parlamentar.

A previsão do Ministério da Economia no segundo bimestre do ano era que os gastos estavam ultrapassando o teto em

R\$ 4,5 bilhões. Por isso, o valor foi bloqueado.

Ao rever projeções, o governo passou a estimar que havia uma folga de R\$ 12,3 bilhões.

Deste total, R\$ 9,5 bilhões eram despesas do Bolsa Família que não foram realizadas por causa do pagamento do auxílio emergencial. Um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) prevê que esses recursos sejam usados para enfrentamento da Covid-19 na

função de assistência social.

Outros R\$ 3 bilhões foram resultado das revisões de gastos com pessoal e encargos sociais.

Portanto, ao considerar a folga no teto e os recursos que eram do Bolsa Família e devem ser destinados para assistência social, a sobra é de R\$ 2,8 bilhões, um montante que o Ministério da Economia pretende liberar como gastos livres do governo.

O principal ministério a ser atendido pelo desbloqueio é o da Educação, que terá R\$ 1,6 bilhão para usar este ano. O Ministério da Economia terá mais R\$ 830 milhões para gastar com seus programas.

Em seguida, a Defesa terá R\$ 671 milhões a mais disponíveis. O Ministério de Desenvolvimento Regional, responsável por obras e pelo programa Casa Verde Amarela, teve liberados R\$ 382 milhões.



Petrobrás mais que dobra importação de diesel e gasolina para compensar paralisações

Empresa comprou mais combustível do exterior no segundo trimestre em razão de manutenção de plataformas e refinarias; aumento do consumo de combustível e vendas 52% mais altas para usinas térmicas beneficiaram resultado operacional

Fernanda Nunes e Wagner Gomes, O Estado de S.Paulo

22 de julho de 2021 | 21h08

RIO E SÃO PAULO – A operação da **Petrobrás** no segundo trimestre deste ano foi um ponto fora da curva. Com plataformas e refinarias paradas para manutenção, a empresa foi obrigada a compensar quedas pontuais de produção com importação de combustíveis. A crise hídrica também ditou o mercado de energia elétrica, no período. E a **China**, o maior consumidor internacional do **petróleo** brasileiro, comprou menos, de abril a junho, abrindo espaço para outros países comprarem mais óleo nacional, principalmente, **Índia** e **Estados Unidos**.

A produção de petróleo e **gás natural** se manteve estável, apesar do crescimento ininterrupto dos campos do pré-sal. No segundo trimestre deste ano, foram extraídos 2,75 milhões de barris de óleo equivalente no **Brasil**, 0,1% menos que em igual período do ano passado. Sete plataformas foram paralisadas no pós-sal da **Bacia de Campos** para manutenção. No pré-sal, outras duas unidades até passaram a produzir um volume maior de óleo e gás, mas não o suficiente para suprir as perdas.

Com a produção interna de petróleo estável e o consumo de derivados em alta, o fator de utilização das refinarias caiu de 85% para 72%, do primeiro para o segundo trimestre. A solução da empresa foi recorrer ao mercado externo.

O consumo do segmento automotivo continua subindo, em linha com a flexibilização das medidas de isolamento social e a vacinação. As vendas de diesel avançaram 28,8% em relação ao segundo trimestre do ano anterior e as da gasolina, 36,9%.

Para compensar a retração da oferta das refinarias da Petrobrás, a importação subiu 146%, comparado ao período de abril a junho de 2020. As compras externas foram puxadas, principalmente, pelo óleo diesel.

Crise hídrica

Outro componente atípico na operação da Petrobrás no segundo trimestre foi o desempenho dos negócios de eletricidade. A venda de óleo combustível pela Petrobrás subiu 52,8% no segundo trimestre deste ano comparado a igual período de 2020. Na mesma linha, aumentou a geração de eletricidade pela empresa.

Nos dois casos, o que ajudou a estatal foi a crise hídrica. Diante da pior estiagem dos últimos 111 anos e do esvaziamento dos reservatórios das hidrelétricas, o mercado está recorrendo às térmicas para produzir energia. O óleo combustível é um dos insumos usados nessas usinas.

O volume de venda de energia no mercado regulado, de 1,24 mil MW, cresceu 82,6%, frente ao segundo trimestre de 2020. O valor do MWh, no entanto, subiu mais do que isso, 205%, de R\$ 75 no segundo trimestre de 2020 para R\$ 229 no período de abril a junho deste ano, uma sinalização positiva para o resultado financeiro da companhia, que vai ser divulgado no início de agosto.

O mercado financeiro gostou do desempenho da petrolífera. As ações PN da Petrobrás foram as mais negociadas durante o 'after market' da B3, desta quinta-feira, com volume financeiro de R\$ 8,33 milhões. /**COLABOROU LUÍSA LAVAL**

Carga tributária cairia para alguns setores, diz estudo

Análise não contempla empresas dos setores de comércio e serviços

Por Rodrigo Carro — Do Rio

23/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Estudo da Universidade Presbiteriana Mackenzie com base no parecer preliminar do deputado Celso Sabino (PSDB-BA), relator da proposta de Reforma Tributária, estima que as premissas adotadas pelo parlamentar podem acarretar uma redução de 19,28% na carga de impostos das empresas nos ramos de indústria, finanças e energia a partir de 2023. A análise está fundamentada em dados financeiros dos últimos cinco anos de 14 empresas listadas na B3.

“Em princípio, a proposta do deputado Celso Sabino tem impacto menor do que as anteriores”, sustenta um dos autores do estudo, Henrique Formigoni, professor do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Finanças Empresariais (PPGCFE), da Mackenzie.

A carga tributária nominal de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) é atualmente de 34% sobre o lucro das empresas, havendo a isenção na distribuição de dividendos aos sócios. Essa carga é resultado de uma alíquota de 25% de IRPJ somada a outra de 9%, da CSLL. Embora essa seja a regra geral de tributação, Formigoni ressalta que a alíquota da CSLL do setor financeiro, por exemplo, é mais elevada: 20% para bancos e 15% para as demais instituições financeiras.

Em seu parecer, Sabino propõe que a Contribuição Social sobre Lucro Líquido seja mantida em 9%, mas a alíquota do IRPJ caia para 15% em 2022 e para 12,5% em 2023. Isso faria com que o patamar atual de tributação (34%) passasse para 24% no próximo ano e para 21,5% em 2023.

Dentro dessa lógica, levando em consideração as alíquotas efetivas de cada setor e o lucro médio nos últimos cinco anos das empresas pesquisadas, Formigoni e os doutorandos Rodrigo Romanato Leite e Márcia Rossi calcularam que a carga tributária das companhias energia cairia 25,03% em 2022. No ano seguinte esse percentual de redução avançaria para 32,52% - os valores não são cumulativos.

A desoneração seria menor para bancos e demais instituições financeiras, devido à carga mais alta. Se aprovada a reforma nos moldes propostos por Sabino, a tributação do setor diminuiria em 9,43% no primeiro ano, porcentagem que evoluiria para 15,57% em 2023.

Já para o setor industrial a carga tributária encolheria num primeiro momento em 11,57%. Posteriormente, em 2023, o corte chegaria a 18,95%. Na média, considerando os três setores pesquisados, a carga cairia 12,69% em 2022. E, no ano seguinte, essa redução chegaria ao valor médio de 19,28%.

Foram colhidos dados relativos ao lucro antes do Imposto de Renda, bem como, as despesas de IR e CSLL. E, também, informações relativas ao pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JSCP) e dividendos. “Sabino manteve a tributação sobre dividendos e Juros sobre Capital Próprio”, lembra Formigoni.

A amostra final analisada por Formigoni, Romanato e Rossicontemplou Cemig, Copel, Engie, Equatorial, Neoenergia, Petrobras, B3, Bradesco, Santander, Itaú, Ambev, CSN, Litel e Vale.

Ficaram de fora, portanto, empresas dos setores comercial e de serviços.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Aproveite as condições.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

Revisão de valores do ITR volta a ganhar fôlego

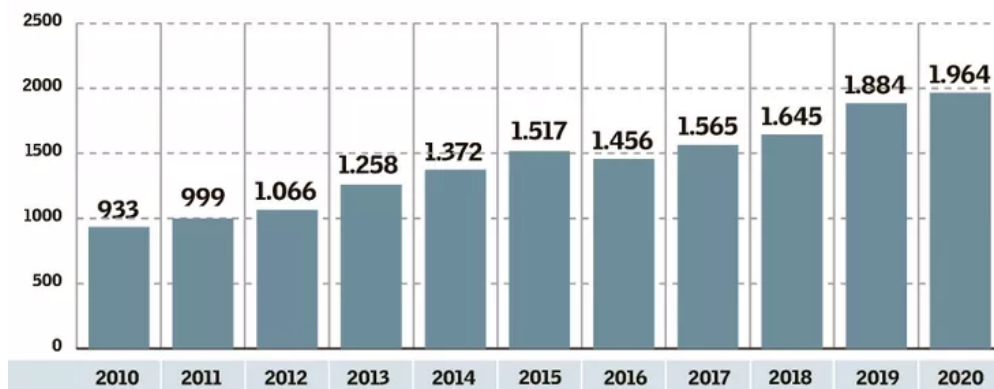
O TCU julgou parcialmente procedente denúncia que pede atualização de tabela da pecuária

Por Andrea Jubé e Rafael Walendorff — De Brasília

23/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Imposto Territorial Rural

Evolução da arrecadação (R\$ milhões*)



Em 2018, foram **5,66** milhões de declarações de ITR, com valor médio de **R\$ 265** por declaração

Fonte: Receita Federal/CNA. * A preços de dezembro/2020

O Tribunal de Contas da União (TCU) julgou parcialmente procedente uma denúncia que cobrava da Secretaria da Receita Federal a atualização da Tabela de Rendimentos Mínimos da Pecuária, que serve de base de cálculo para o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). O TCU reconheceu a efetiva defasagem da tabela, mas os ministros consideraram que o órgão arrecadatório vem tomando providências para compensar a desatualização do índice, que remonta a 1980.

No acórdão relatado pelo ministro Bruno Dantas e aprovado por unanimidade em 30 de junho, o colegiado entendeu que a Receita Federal “vem adotando medidas para a atualização dos índices de rendimentos mínimos da pecuária e para a melhoria da gestão tributária do ITR”.

Na denúncia ao TCU formalizada em outubro de 2020, o Instituto Escolhas, associação da sociedade civil sem fins econômicos, contra o secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, alegou que a desatualização da tabela violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual estabelece que “constituem requisitos essenciais da responsabilidade fiscal a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação”. Ao deixar de atualizar os índices de rendimentos mínimos para a pecuária, sustentou que a Receita deixaria de atender ao requisito da efetiva arrecadação.

Acrescentou que a atualização da tabela poderia elevar a arrecadação do ITR para R\$ 14,3 bilhões - quase sete vezes mais do que a obtida em 2019, no valor de R\$ 1,8

bilhão.

O Instituto Escolhas ainda argumentou que o produto agropecuário brasileiro cresceu mais de quatro vezes entre 1975 e 2016, conforme informações do Ministério da Agricultura, contribuindo para a valorização dos preços da terra em 308%, entre 2002 e 2013.

Em contrapartida, a maioria dos contribuintes paga valores irrisórios de ITR - que, por essa razão, tornou-se conhecido como o “imposto dos 10 reais”. Dados da Receita Federal mostram que, em 2019, dos 3,9 milhões de proprietários rurais que arcaram com o tributo, 830 mil pagaram boletos de R\$ 10.

A baixa arrecadação do ITR surpreende sobretudo num cenário de franca expansão do agronegócio, que cresceu 3,8% em 2019, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e passou a representar 21% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Ao TCU, entretanto, a Receita Federal enumerou medidas que passou a adotar para melhorar o baixo nível arrecadatório do ITR, sobretudo em relação à subavaliação da base de cálculo do imposto, o valor da terra nua (VTN).

Por exemplo, foram editadas normas técnicas em 2015 e 2019, que estabeleceram diretrizes técnicas para fins de levantamento do valor da terra nua, para melhorar o Sistema de Preços de Terras (SIPT). O resultado, segundo demonstrou a Receita em documento enviado ao TCU, foi a recepção de 3.520 levantamentos que avaliaram o VTN de municípios do país em 2020.

O órgão de arrecadação também mencionou um Acordo de Cooperação Técnica com a Escola superior de Agricultura da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) para aprimorar o sistema de preços, e, com isso, trazer a tributação do ITR para uma situação mais próxima da realidade.

A Receita também promoveu a integração dos seus cadastros territoriais com os do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), dentro do projeto Cadastro Nacional de Imóveis Rurais. O resultado seria a integração dos dados de cerca de 2,8 milhões de imóveis.

E houve a criação, em maio de 2020, da Equipe Nacional Especializada ITR, com o objetivo de coordenar, supervisionar e controlar a execução e gestão dos convênios ITR, por meio do acompanhamento das ações de fiscalização do município e eventual intervenção em casos específicos de denúncia.

A Receita mencionou, ainda, investimentos, desde 2008, na capacitação do trabalho de fiscalização dos municípios, já tendo capacitado 1.840 servidores municipais. Atualmente, segundo o órgão, haveria 1.350 municípios conveniados, responsáveis por mais de 87% de toda a arrecadação do ITR no Brasil.

Diante desses argumentos, os ministros do TCU ponderaram que, em que pese o cálculo do ITR ainda adotar índices de rendimentos da pecuária de 1980, esse fato não comprova que a Receita teria deixado de atender ao requisito de efetiva arrecadação, infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A gerente de projetos do Instituto Escolhas, Jaqueline Ferreira, admite que esperava mais do julgamento da denúncia no TCU. “Obviamente, que ao considerar parcialmente procedente a denúncia, o tribunal admitiu a irregularidade da não atualização da tabela”, diz Jaqueline. “Mas esperávamos que o TCU estabelecesse algum prazo para a real atualização da tabela”, observou ela.

Jaqueline refutou os argumentos do TCU de que a atualização dos índices não implicará “ganho arrecadatório” porque o cálculo do imposto “leva em consideração o índice de lotação declarado pelos contribuintes do ITR, que, em média, atualizam a lotação pecuária dos imóveis na Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR)”. Segundo a representante do Escolhas, esse argumento implica “trabalhar com a ideia de fraude”.

A Receita alegou ao TCU que não tem infraestrutura para promover a atualização da tabela dos índices mínimos de rendimento da pecuária. Observou que para uma adequada mensuração da defasagem, e a propositura de índices atualizados, são necessários estudos científicos que exigem “elevado conhecimento técnico, e uso de modelos preditivos que demandariam dados muitos específicos sobre o uso da terra”.

Acrescentou que o seu corpo de servidores “não tem condição de realizar estes estudos por conta própria, haja vista a necessidade de conhecimento especializado”.

O advogado Eduardo Fleury, sócio da FCR Law, que representou o Instituto Escolhas junto ao TCU, explica que não cabe recurso da decisão do órgão de controle, e que vai estudar junto com a entidade, eventual ação judicial como próximo passo.

Fleury defende que o Brasil adote um critério de tributação sobre propriedade semelhante ao dos Estados Unidos. Naquele país, a tributação sobre patrimônio não distingue imóvel urbano de propriedade rural. Um estudo realizado pelo Instituto Escolhas revelou que cinco milhões de propriedades que respondem por todas as commodities agrícolas do país pagaram R\$ 1,4 bilhão de ITR em 2018 - cerca de 15% do que a cidade de São Paulo arrecadou com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) no mesmo ano: R\$ 9,9 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Preço de lançamento: Tênis respirável por metade do preço

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Com arrecadação em alta, teto mostra a que veio e coloca freio na gastança

Mecanismo precisa de aperfeiçoamentos que devem ser encaminhados pelo próximo governo

Por Fabio Graner — Brasília

23/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O terceiro relatório bimestral de receitas e despesas do governo deixou mais evidente ainda o poderio do teto de gastos para a manutenção de um regime de austeridade nas contas públicas.

Apesar de uma alta projetada de R\$ 64,2 bilhões na arrecadação total e um resultado primário previsto bem abaixo da meta para o ano, a liberação de despesas foi de apenas R\$ 4,5 bilhões.

Não fosse o dispositivo constitucional, não é errado crer que toda essa “sobra” de receitas implicaria muito mais recursos nas mãos de Arthur Lira, Ciro Nogueira, Rodrigo Pacheco e companhia, que estão hoje dando as cartas no governo.

Sem falar no próprio Bolsonaro, que poderia gastar muito mais em programas que poderiam lhe dar algum ganho de popularidade e o ajudar a sair do fundo do poço em que se encontra junto à opinião pública e a melhorar suas chances nas eleições do próximo ano - ainda que os movimentos golpistas de parte do governo pareçam querer evitar o pleito de outubro de 2022.

O fato é que, com o teto, a equipe econômica não precisou fazer grandes esforços para conter os arroubos de quem quer mais dinheiro público. Isso significa que o limite constitucional de despesas é um mar de virtudes? Não.

O teto tem falhado muito em produzir um desenho melhor em termos de qualidade do gasto, fato reconhecido no próprio governo por entusiastas desse mecanismo. Como limita as despesas sem frear diretamente os gastos obrigatórios, tem comprimido as discricionárias, onde estão os investimentos federais.

Nesse ambiente, a disputa por nacos do orçamento ficou ainda mais renhida, ajudando a produzir absurdos, como o elevado volume de recursos destinados a emendas parlamentares, inclusive boa parte delas nas mãos do relator-geral do orçamento anual, que as trata sem um patamar aceitável de transparência.

Seja como for, o desenho do teto está permitindo ao país acelerar sua melhoria nas contas públicas com os ganhos de receitas gerados pela combinação de inflação e crescimento mais altos.

Se o país ainda tem déficit, a reversão desse quadro começa a ficar mais crível no horizonte de médio prazo. Ponto para o mecanismo. Mas não se deve esquecer que o teto de gastos demanda aperfeiçoamentos que precisam ser endereçados pelo próximo governante logo em seu início de mandato.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Aproveite as condições.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Essa máscara pode ser essencial nesse momento

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Escolha sempre peças genuínas e serviços.

MERCEDES-BENZ PEÇAS E SERVIÇOS

 **COMENTÁRIOS**

Maior parte das empresas abertas não se adaptou à LGPD

Levantamento mostra que 59% das empresas listadas em bolsa não designaram um “encarregado”

Por Juliana Schincariol — Do Rio

23/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A maioria das companhias de capital aberto ainda não se adaptou à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Levantamento do escritório JPN Advogados mostra que 59% das empresas listadas em bolsa de valores não designaram, até o momento, o profissional conhecido como “encarregado”, considerado peça-chave e que funciona como canal de comunicação entre as empresas e os donos dos dados pessoais.

Caso não estejam adequadas às novas regras, as empresas podem sofrer sanções a partir de 1º de agosto. “A mera ausência de indicação de um encarregado, com

divulgação da sua identidade e informações de contato de forma pública pelas empresas em seus sites, constitui violação expressa à LGPD”, diz o advogado Allan Turano, um dos responsáveis pelo levantamento.

A lei fala expressamente que a identificação do encarregado deve estar disponível no site da empresa. “O mais importante é o canal de contato. A lógica por trás é que o titular dos dados tenha um canal para se comunicar com alguém, que receberá a mensagem e dará uma resposta”, afirma o advogado.

As penalidades por infração à lei são pesadas. Incluem advertência, a possibilidade de suspensão do direito de tratar dados pessoais e multa. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) poderá multar empresas em até R\$ 50 milhões. Além da ANPD, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e o Procon também podem aplicar sanções.

Para Turano, o risco reputacional é maior do que o risco das sanções. Entre as empresas que ainda não identificaram seus encarregados estão companhias do setor varejo, aéreas, saúde e consumo, todas com base grande de clientes pessoas físicas.

A lei foi criada em 2018 e foi dado um período para as empresas se ajustarem. “Mais da metade das companhias abertas não está adaptada e isso assusta. Pode ser que elas já tenham feito alguma adaptação, mas não chegaram ao nível de maturidade

que se esperava. A adequação é constante, e as empresas sempre precisarão revisar processos e atualizar políticas”, diz o advogado.

Na Justiça já há diversas decisões condenando empresas que violam a LGPD ao pagamento de indenizações aos donos dos dados pessoais. “A lei já está em vigor. Na prática, isso já permite que algum consumidor acione a Justiça e entre com um processo”, afirma Turano.

O encarregado é uma figura brasileira análoga ao Data Protection Officer (DPO) no exterior. Para que possa exercer os direitos previstos na lei, as pessoas devem contatar o encarregado, que recebe as requisições e adota providências necessárias. Ele pode ser um funcionário interno ou um prestador de serviços externo.

A pesquisa do JPN Advogados identificou que a maior parte dos encarregados já designados (83%) são pessoas físicas. Mas somente 33% identificaram o nome do encarregado. Além disso, apenas 55% das empresas possuem um canal de comunicação para exercícios dos direitos previstos na LGPD.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Aproveite as condições.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Essa mochila pode carregar seu celular! Veja como!

Sem aprovação da Anvisa, governo desiste de comprar vacina russa

Interessados na Sputnik V, governadores do Nordeste reclamam de entraves

Por Murillo Camarotto e Marina Falcão — De Brasília e Recife

23/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Wellington Dias: esforço dos governadores pela vacina tem se deparado com uma série de obstáculos — Foto: Walterson Rosa/MS

Assim como deve ocorrer com a Covaxin, o Ministério da Saúde vai rescindir o contrato para a compra de 10 milhões de doses da vacina russa Sputnik V. O anúncio depende apenas da conclusão das análises jurídicas necessárias.

Segundo o **Valor** apurou, o governo vai argumentar que a vacina não conseguiu obter a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que consta com uma das exigências do contrato, que teve a empresa União Química como intermediária.

A Anvisa autorizou, no dia 4 de junho, a importação de um volume reduzido de doses da vacina. Isso aconteceu por conta da falta de informações que garantissem a segurança e a eficácia da Sputnik V.

Além do volume reduzido, correspondente a 1% da população, a vacina só poderia ser aplicada após aprovação de cada lote pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS).

As primeiras aplicações também teriam que ser seguidas por uma intensa ação de vigilância, a fim de observar efeitos adversos. Somente jovens sem comorbidades poderiam receber a vacina.

Também contribuiu o cenário atual mais confortável para a oferta de vacinas. O ministério estima a chegada de cerca de 80 milhões de doses somente em agosto e pretende concluir a vacinação dos maiores de 18 anos até novembro.

Diante disso, chegou-se à conclusão de que não faz mais sentido seguir com a Sputnik e a Covaxin.

Na terça-feira, os governadores do Nordeste anunciaram que 1,1 milhão de doses da Sputnik V desembarcariam no Brasil pelo Aeroporto do Recife, no dia 28. Mas no dia seguinte, após reunião com Presidente do Fundo Russo, Kirill Dmitriev, o governador Wellington Dias (PT), do Piauí, divulgou vídeo declarando que o esforço dos governadores pela vacina estava se deparando com uma série de obstáculos.

“Ora é a Anvisa, ora é uma posição do Ministério da Saúde como aconteceu agora”, disse. Segundo Dias, os russos afirmaram precisavam de 48 horas para “avaliar a situação do ministério”.

Pelo Twitter, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), disse que os obstáculos da Anvisa são “um negócio incompreensível, de causar indignação”. O Consórcio Nordeste tem um contrato para compra de 37 milhões de doses da Sputnik V. A validade do contrato depende da liberação da vacina pela Anvisa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

Economista defende redução de reservas para ajustar dívida

Para Alexandre Manoel, medida reduziria endividamento bruto e equilibraria o câmbio

Por Fabio Graner — De Brasília

23/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Ex-secretário do ministério da Economia, Alexandre Manoel publicou artigo no blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) questionando o porque de o Brasil manter um volume de reservas internacionais muito acima do que seria o “nível ótimo”. O colchão em moeda forte está em US\$ 354,4 bilhões e é um dos poucos indicadores que o Brasil conserva de uma economia com grau de investimento pelas agências de rating, condição perdida em 2015.

“Parece razoável solicitar esclarecimentos sobre a motivação relativa ao aumento de reservas cambiais, principalmente quando também se considera o atual endividamento bruto (86% do PIB) e que eventual desfazimento de reservas ajudaria a diminuí-lo”, diz o texto. “Ademais, é possível que isso ajude a mitigar os prêmios de risco e a diminuir o descolamento do câmbio de seu patamar de equilíbrio entre R\$ 3,70 a R\$ 4,50.”

Ele reconhece que a acumulação de divisas tem benefícios, como deixar o país menos vulnerável a crises externas, mas pondera que também há custos, já que a taxa de juros interna normalmente é mais alta que a dos Estados Unidos. No artigo, porém, lista estatísticas. Uma delas, do ex-presidente do BC Ilan Goldfajn, mostram

que, com a desvalorização do real, os resultados financeiros das reservas também foram positivos para o país.

Desde 2019, o BC tem vendido dólares, como parte de uma estratégia acertada com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para reduzir a dívida, aproveitando momentos de maior volatilidade, como o início da crise da pandemia.

Manoel considera, contudo, que é preciso ir além, em um quadro mais tranquilo nas contas externas. E sugere a venda de até 5% do PIB dos dólares guardados.

Ele lembra que, com a desvalorização cambial, as reservas, mesmo com vendas, cresceram em relação ao tamanho da economia, passando de 18,8% do PIB em dezembro de 2019 para 23,9% em fevereiro de 2021. “Por sua vez, antes do início da pandemia, a dívida bruta era de 75,2% do PIB, enquanto a dívida líquida equivalia a 52,5% do PIB. Um ano depois, a dívida bruta aumentou para 90% do PIB, enquanto a dívida líquida aumentou em menor proporção, indo para 61,6% do PIB (beneficiando-se da valorização das reservas internacionais)”.

Manoel evoca o problema da recente alta de preços para reforçar sua tese “Agora temos uma inflação pressionada no curto prazo e o BC diz justamente que a parte mais importante para explicá-la foi a depreciação cambial, que inflou sobremaneira o preço dos bens comercializáveis (alimentos, combustível, etc). Logo, contribuir para um câmbio menos depreciado poderia ajudar (indiretamente) o BC a combater

a inflação e com isso poderia ter ciclo e ritmo menor de normalização taxa de juros”, disse ao **Valor**.

O que ele propõe é o oposto do que ocorreu nas gestões petistas, principalmente no governo Dilma Rousseff, quando a compra de dólares visava reverter a forte valorização do real e tentar melhorar a competitividade industrial.

Manoel defende que o BC precisa esclarecer suas motivações em manter as reservas elevadas. “É possível especular que o sistemático acúmulo de reservas em proporção do PIB ocorra com o objetivo de manter o real mais depreciado que o seu valor justo. Neste caso, o acúmulo sistemático tende a resultar não apenas em maior custo de carregamento e endividamento bruto, mas também menor poder de compra dos consumidores domésticos”, afirma no artigo.

Procurado, o BC não quis se manifestar. Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e presidente da Associação Keynesiana Brasileira, Fabio Terra discorda da tese de Manoel e diz que o Brasil deveria era até acumular mais reservas, aproveitando a fase de juros baixos internamente. Ele ressalta a importância desse “seguro” para momentos de adversidades.

“Reservas funcionam como um seguro de duas frentes: i) prática, permitindo intervenções amplas e contínuas quando há choque, amenizando sobredepreciações, e ii) dissuasória, por reduzir riscos cambiais, reduz chance de que o capital estrangeiro faça saída em manada”, explica. “Toda reserva que parece muita, quando há choques fortes pode ser insuficiente.”

Para Terra, embora o câmbio de fato afete os juros (pela via da inflação), as reservas não teriam poder de reverter tendências, apenas de atenuá-las. “Elas ajudam a amenizar a reação do juro Selic à volatilidade do câmbio. Contudo, a reserva não é capaz de ditar o destino do câmbio: isso depende do fluxo internacional de capital”, diz.

Terra também contesta o argumento fiscal. “Vender reservas não reduz dívida pública”, comenta, lembrando que o pagamento de dívida pelo Tesouro se transforma em dívida por meio das operações compromissadas do BC, que só

deixará de ocorrer com os depósitos voluntários. “Reservas trazem ganhos, e não apenas contábeis, à União. Sempre que o BC vende reserva acima do preço médio de compra delas, ele ganha - e este ganho é um retorno de um patrimônio público”, disse. “Os anos de 2020 e 2021 vêm ensinando: reservas nunca são demais. Não por menos a China tem US\$ 4 trilhões.”

O presidente do Conselho Federal de Economia, Antonio Correa de Lacerda, avalia que o Brasil pode reduzir as reservas, entre 10% e 15% do total. “Costumo dizer que acumular reservas é como fazer seguro de casa ou automóvel, em geral dispendiosos: terminado o período e não ocorrendo nenhum acidente você pode chegar à falsa conclusão que não valeu a pena”, disse, ressaltando a necessidade de mantê-las.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Preço de lançamento: Tênis respirável por metade do preço

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Conheça o tênis mais vendido de 2021

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Uma carteira de grande capacidade com um design simples e material à prova de água

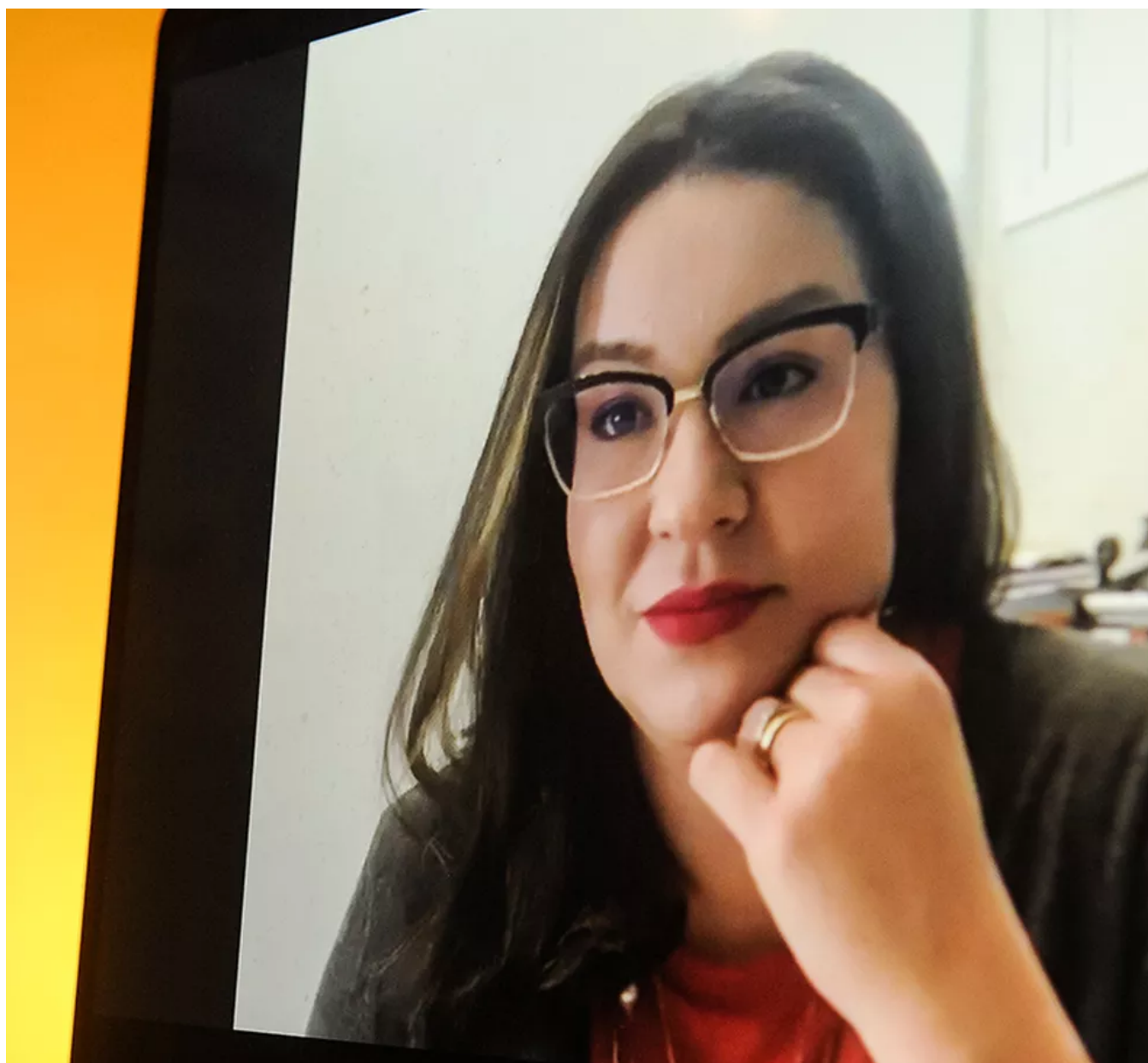
CARTEIRA KNUP

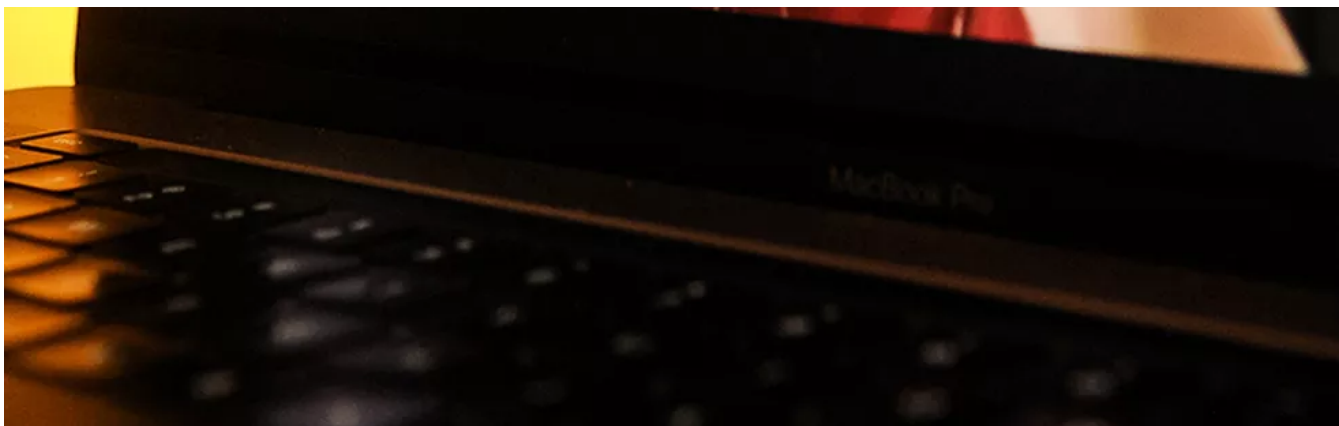
Nova “recuperação judicial” para consumidores pode injetar R\$ 350 bilhões na economia

Norma traz regras para induzir credor a sentar à mesa para negociar com os devedores

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

23/07/2021 05h01 · Atualizado há 19 minutos





Juíza Carolina Gabriele Spinardi Pinto: lei induz o credor a fechar acordo — Foto: Claudio Belli/Valor

Um total de **30 milhões de pessoas** terá agora maior chance de **pagar suas dívidas**. Em vigor desde o dia 2, a **Lei do Superendividamento** prevê uma espécie de recuperação judicial para pessoas físicas, forçando credores a sentarem à mesa para **negociar**. São regras com capacidade para injetar **R\$ 350 bilhões** na economia, de acordo com estudo da Ordem dos Economistas do Brasil (OEB) e do Instituto do Capitalismo Humanista.

O valor diz respeito ao que deixa de estar comprometido para o pagamento de dívidas. Hoje, 70% das famílias estão endividadas - a maior proporção em uma década, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC). São 60 milhões de pessoas, metade na categoria dos superendividados, estima o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

A lei, de acordo com juízes e especialistas no assunto, traz um mecanismo importante para garantir os acordos. A ausência sem justificativa do credor na mesa de negociação o coloca no fim da fila do recebimento do crédito. Além de gerar a suspensão da cobrança do débito e a interrupção da incidência dos encargos, como juros.

“É uma medida que induz o credor a comparecer com condições de fechar um acordo. Uma vez à mesa, vemos boas propostas, de até 80% de desconto na dívida”, afirma a juíza do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Carolina Gabriele Spinardi Pinto, coordenadora do Cejusc Endividados, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania voltado especificamente para casos de endividamento.

Com descontos e prazos para pagamento, o superendividado pode voltar ao mercado. É a pessoa, de acordo com a norma, que não tem mais fôlego de pagar as dívidas vencidas e que vão vencer. Seja por causa de uma queda brusca na renda - situação acentuada na pandemia, com 14,8 milhões de desempregados. Seja por descontrole nos gastos que, em muitos casos, leva o devedor a comprometer parte significativa da renda ou mesmo contrair novos empréstimos para pagar contas antigas.

As mulheres que ganham de um a três salários mínimos representam a maior parte dos superendividados, de acordo com pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo a Serasa Experian, a dívida média é de R\$ 3,9 mil,

principalmente com cartão de crédito (29,7% do total), varejo (13%) e luz, água e gás (22,3%).

“O consumo das famílias é a mola do crescimento econômico de curto prazo. É o consumo do mercado, do eletricitista, dos pequenos reparos. Hoje, o superendividado não tem como pensar nisso”, diz o economista Manuel Enriquez Garcia, presidente da OEB e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

Fruto de nove anos de discussões no Congresso, a nova lei (nº 14.181, de 2021) atualizou o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e “ataca” em duas frentes: traz um remédio para a doença do superendividamento - a repactuação da dívida - e uma vacina contra a concessão desenfreada de crédito (leia ao lado), que atinge especialmente idosos e funcionários públicos, que possuem renda estável. Começa com o processo de negociação extrajudicial e segue, se não houver acordo, para as mãos de um juiz.

“A lei não favorece a inadimplência. Trata de dar condições para o pagamento das dívidas e, com isso, reinserir o consumidor na economia e evitar a exclusão social”, afirma o juiz Rafael Velloso Stankevecz, que atua em causas do consumidor nos Juizados Especiais do TJ-PR.

É por isso que a norma exige “a preservação do mínimo existencial” na repactuação de dívidas e na concessão de crédito. Para Cíntia Falcão, consultora jurídica da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), a lei traz avanços, mas precisa de aprimoramentos. “Para não gerar insegurança jurídica nas relações, como, por exemplo, clarificar o conceito de mínimo existencial.”

Na opinião do economista Manuel Garcia, da FEA-USP, é razoável reservar 35% da renda do devedor para quitar as dívidas e o restante (65%) para garantir o mínimo existencial, ou seja, para cobrir gastos com alimentação, moradia, vestuário. “Os juízes tendem a aceitar essa proporção. Ela tem amparo em sentenças de alimentos, em que um terço da renda da pessoa vai para o pagamento da pensão alimentícia.”

O primeiro obstáculo, então, é convencer todos os credores a negociar. No Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), quase 39% das audiências fracassam pela ausência dos credores. Para a juíza Dulce Ana Oppitz, coordenadora do Cejusc de Porto Alegre, o índice tende a despencar. Segundo ela, as medidas de suspensão da cobrança da dívida e de colocar o credor ausente no fim da fila podem ser aplicadas nos casos em que há ou não há processo judicial. “O comparecimento será maior e também a possibilidade de acordo”, afirma.

O TJ-RS foi pioneiro em criar, em 2007, um centro para renegociação de dívidas antes do processo judicial. O índice de acordo está na faixa dos 40%. No TJ-PR, onde o projeto começou em 2010 e foi ampliado para todo o Estado em 2019, há êxito em 25% dos casos.

Se não sai acordo, conforme a lei, o consumidor pode pedir a instauração de um processo por superendividamento. Nesse caso, é o juiz que vai desenhar um plano de pagamento compulsório. É o que se tem chamado de recuperação judicial da pessoa física. “Se grandes empresas têm uma segunda oportunidade, por que as pessoas não teriam?”, questiona Tiago Basilio, defensor público do Rio de Janeiro.

De acordo com a professora Claudia Lima Marques, que foi relatora da comissão de juristas que elaborou a Lei do Superendividamento, o juiz tem um limite. “Ele deve garantir ao credor, no mínimo, o pagamento do principal com a correção monetária”, explica. Além disso, o plano deve prever a quitação do passivo em até cinco anos.

Saiba Mais

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

Tributação do ganho de capital em IPOs

A alienação de ações em IPO possui peculiaridades, o que faz com que não possa ser considerada como operação realizada em bolsa

Por **Mayara Cruz e Paulo Fittipaldi**

23/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O crescente número de aberturas de capital registradas nos últimos meses trouxe uma importante questão tributária: o ganho de capital apurado nessas operações pelos acionistas pessoas físicas residentes no Brasil está sujeito a que alíquota de Imposto de Renda?

A oferta pública inicial de valores mobiliários, também conhecida pela sigla IPO (do inglês, Initial Public Offering), pode ser dividida em primária e secundária. Na primária, a companhia emite novas ações com o desiderato de colocá-las à disposição dos investidores. Na secundária, os acionistas alienam aos investidores

títulos de sua propriedade já emitidos pela companhia. Na prática, porém, são bastante comuns as chamadas ofertas mistas, em que parte das ações ofertadas tem origem em nova emissão da companhia e outra parte, em títulos já emitidos.

As ofertas públicas iniciais são realizadas em momento anterior à negociação dos papéis em bolsa

A questão aqui debatida envolve as ofertas secundárias e mistas. Algumas pessoas físicas que alienaram suas ações em IPO têm buscado o Poder Judiciário para pleitear o reconhecimento do direito de recolher o IRPF à alíquota de 15% (artigo 2º, II, da Lei nº 11.033, de 2004), em detrimento das alíquotas progressivas até 22,5% (artigo 21 da Lei nº 8.981, de 1995), estabelecidas para a tributação do ganho de capital auferido pelas pessoas físicas em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza. É que o artigo 2º, II, da Lei nº 11.033, de 2004 traz uma exceção à regra geral, mais onerosa, determinando que os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, excetuadas as operações day trade, serão tributados à alíquota de 15%.

Os acionistas têm defendido que a alienação de ações em IPO se enquadra no conceito de operação realizada em bolsa de valores, o que atrairia a aplicação da alíquota prevista na legislação para as operações ocorridas em ambiente bursátil (15%).

Essa interpretação, contudo, não reflete a realidade do nosso mercado de valores mobiliários. No Brasil, as IPOs não ocorrem em bolsa de valores, mas sim em mercado de balcão não organizado. Tal fato decorre da forma como a matéria é regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), notadamente em sua Instrução nº 400, de 2003, bem como do cotejo entre as características das operações ocorridas em bolsa e as características das etapas de uma IPO.

Nas IPOs, a definição do preço de mercado não ocorre em ambiente de bolsa, mas sim por meio da articulação dos coordenadores da oferta, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Assim, os mercados de bolsa de valores e de balcão não se confundem, especialmente porque, neste último, as operações ocorrem de modo descentralizado e sem a supervisão de entidade autorreguladora.

Ademais, há duas diferenças significativas entre os mercados mencionados que não permitem o enquadramento da operação em questão como realizada em ambiente bursátil: diferentes mecanismos de formação de preços e necessidade de publicidade da oferta.

Em relação ao primeiro critério de diferenciação, há peculiaridades que não permitem a equiparação do mecanismo de formação de preços em IPO com o das operações comuns realizadas em bolsa de valores. No caso das IPOs, o preço é formado pelo chamado “bookbuilding”, que consiste em um processo que objetiva definir um preço justo para uma oferta pública de valores mobiliários, a partir de análises da demanda pelos papéis realizadas por um coordenador em conjunto com investidores institucionais.

Normalmente, o processo de bookbuilding acontece em seis estágios, que vão desde a definição de quais investidores institucionais e agentes do mercado serão contatados até a definição do preço justo da operação, juntamente com coordenador da oferta (normalmente, um banco de investimentos). Com isso, somente após todo esse trâmite, o mercado tem ciência do preço da ação no seu primeiro dia de negociação. Portanto, trata-se de um mecanismo de formação de preço diferente.

No tocante ao segundo critério de diferenciação, exige-se publicidade da oferta nas operações em IPO. De acordo com o artigo 3º da Instrução CVM nº 400, de 2003, a oferta pública é necessariamente sujeita à divulgação por meio de ampla gama de meios de publicidade, o que contrasta como a natureza mais restrita de ofertas realizadas em ambientes de negociação das bolsas de valores, em que somente os intermediários de mercado e seus clientes/comitentes têm acesso a eventual ordem de compra formalizada.

E mesmo que a entrega das ações ocorra em ambiente bursátil, fato é que as ofertas públicas iniciais são realizadas em momento anterior à negociação dos papéis em bolsa, já que a formação de preço e as ordens de compra ocorrem em mercado de balcão não organizado.

Em suma, ainda que a entrega das ações ocorra em bolsa de valores, a alienação de ações em IPO possui peculiaridades, o que faz com que não possa ser considerada como operação realizada em bolsa ou assemelhada. Por conseguinte, o tratamento tributário não pode ser o mesmo.

Mayara Cruz e Paulo Fittipaldi são procuradores da Fazenda Nacional atuantes na Divisão de Acompanhamento Especial da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Promoção Não perca o fretado!

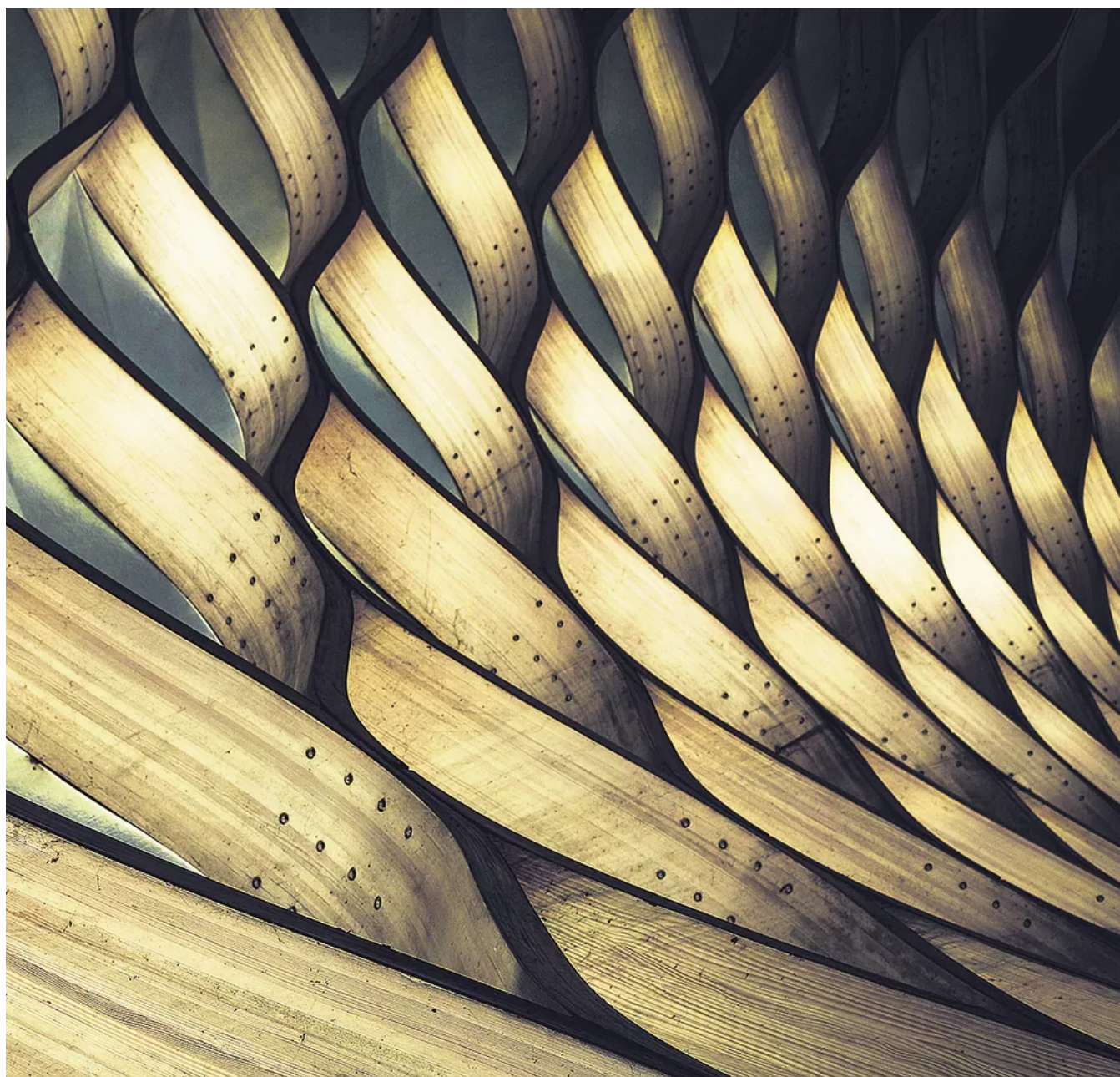
MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

O futuro da política antitruste e os caminhos do Brasil

O país está longe de qualquer coisa que se possa chamar de “estratégia” industrial

Por **Marcela Mattiuzzo**

23/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Aaron Burson/Unsplash

Em abril de 2021, foi publicada a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. Cerca de um mês antes, o Comitê de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América divulgou o seu próprio relatório sobre o tema. Muitos aspectos diferenciam os dois documentos, mas provavelmente o mais relevante diz respeito ao contexto em que cada uma das manifestações se insere. O governo dos EUA, com a eleição de Biden, se colocou numa rota bastante diversa da que vinha sendo desenhada até então e o relatório é, em diversos sentidos, um prenúncio dessa mudança. Entrevista recente do principal assessor econômico do presidente, Brian Desse, ajuda a compreender o racional das propostas que estão sendo levadas a cabo. Há três fatores centrais na fala de Desse que esclarecem como os EUA devem se posicionar no cenário internacional pelos próximos quatro anos. Um deles é o foco em mudanças climáticas e na importância do que se convencionou chamar “economia verde”. Outro é a preocupação com a concorrência, especialmente a nível internacional - e aqui o tema da inteligência artificial é enfatizado, em especial tendo em vista a evidente rivalidade com a China. Por fim, também ganha destaque a questão (fundamental para explicar a ascensão de Trump) do emprego e das políticas sociais de maneira geral.

Todos esses fatores convergem para que o desenho da política econômica estadunidense tenha características particulares na próxima década, que fogem de um dos pilares que o país por muito tempo propagandeou como central para o desenvolvimento de qualquer nação: a premissa máxima do livre mercado. Isso de nenhuma forma quer dizer que o governo Biden dê sinais de se distanciar do capitalismo ou que pretenda de qualquer forma dar espaço para discursos que não tenham no mercado um ator relevante. Mas que pela primeira vez desde que Reagan se alçou à presidência haverá uma tentativa consciente de caminhar para longe de políticas que compreendem que o mercado é sempre quem oferece a melhor resposta para os problemas, sejam eles quais forem, e que o mero fato de a resposta ser fornecida pelo mercado faz dela a resposta correta.

Cabe ao Estado apenas preservar as condições para que não haja qualquer intervenção nesse processo

Vale observar como se dará a acomodação desses diversos interesses e objetivos ao longo do tempo. Com menos de seis meses de gestão, muitas questões ainda estão em aberto e objetivos que no momento podem parecer convergentes no futuro talvez apresentem atritos. Nesse sentido, é particularmente importante observar o que acontecerá com a política antitruste. Se o foco da política industrial não mudou e continua sendo a competitividade internacional, o mesmo não pode ser dito da política concorrencial. Os contornos mais interventivos dessa agenda, com ênfase em empresas de tecnologia e um aceno muito robusto para maior controle em relação a elas - ilustrado pela indicação de Lina Khan à Federal Trade Commission,

pelos projetos de lei apresentados recentemente no Congresso estadunidense e pelo decreto assinado por Biden no dia 9 de julho - são novidade.

Pelos últimos 40 anos, o antitruste nos EUA foi um aliado da política industrial. Pregou intervenção mínima e foi tolerante com a concentração econômica, partindo de uma leitura de que a concentração promoveria empresas mais fortes, que poderiam melhor competir no cenário internacional, aliada a argumentos tecnocráticos, especialmente econômicos, que visavam demonstrar que a intervenção mínima de fato gerava maior bem-estar aos consumidores. Essa dimensão mais interventiva desnuda o lado supostamente neutro da política antitruste dominante. Volta-se a colocar o poder econômico e seus efeitos sobre a concentração de renda (leia-se, efeitos para além dos consumidores, e propriamente associados a trabalhadores, pequenos negócios, entre outros) no centro das preocupações. Com isso, gera-se um possível embate entre a lógica de fortalecimento da indústria nacional - especialmente das empresas voltadas ao desenvolvimento tecnológico - e a política concorrencial, já que boa parte do discurso antitruste mais intervencionista tem como foco as empresas de tecnologia estadunidenses.

Supondo um compromisso real e simultâneo com as duas agendas, estamos diante de um de dois cenários: coerência ou conflito. Se o passado nos servir de parâmetro, o que talvez possamos concluir é que, se um consenso não for possível, prevalecerá a política industrial. Quando essas duas ferramentas estiveram coordenadas, o antitruste tendeu a sobreviver - como demonstram os anos pós-New Deal. Quando há desalinhamento, o resultado é a prevalência da política industrial e a transformação da concorrência em mero texto de lei - a melhor ilustração talvez seja a Gilded Age estadunidense.

Mas, afinal, o que tudo isso significa para o Brasil? Sem meias palavras, em boa medida o caminho trilhado pelos EUA hoje é a antítese do que vem sendo feito por aqui. Aqui reina o discurso de livre mercado acima de tudo e os esforços para concretizar essa visão - ainda que em velocidade e intensidade muito aquém das desejadas pelos seus apoiadores. E, de forma explícita, o afastamento de todas as agendas climáticas de relevância e de ações voltadas ao fortalecimento de políticas sociais.

A estratégia brasileira de IA é apenas mais um demonstrativo de que, apesar de eventuais boas intenções e da dedicação daqueles que se envolveram em sua elaboração, o país está muito distante de qualquer coisa que se possa chamar de “estratégia” industrial - o que no mínimo compreende a existência de um programa organizado, que o governo busque implementar a partir de medidas concretas e bem delineadas. Mas, vale observar, a inexistência desse tipo de iniciativa é totalmente coerente com a premissa de que não é o governo que tem que de qualquer forma determinar objetivos, já que o resultado ótimo da alocação dos recursos vem necessariamente do mercado, e cabe ao Estado apenas preservar as condições para que não haja qualquer tipo de intervenção nesse processo.

Ao que tudo indica, assim permaneceremos. Mas se os EUA têm algo a ensinar e que poderia eventualmente ser seguido pelo Brasil é a sua trajetória. De reaproximação das pautas climáticas, de novo foco em políticas sociais e preocupação com o pleno emprego, e de competitividade no cenário internacional.

Marcela Mattiuzzo é sócia de VMCA Advogados, doutoranda e mestre em Direito pela USP, visiting researcher na Yale University, ex-chefe de gabinete da presidência do Cade.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Aproveite as condições.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS



Por Claudia Safatle

Trabalhou na Gazeta Mercantil por 18 anos, foi repórter espe... [ver mais](#)

Os custos da pandemia nas próximas décadas

O futuro do país está ligado à forma como o governo vai lidar com as sequelas da covid-19

23/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Preocupado com sequelas da pandemia que vão estar presentes na economia, na educação e na saúde por várias décadas, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, quer tornar essa uma discussão nacional a partir de um grande evento que pretende promover em novembro. Trata-se de debater os custos de longo prazo da pandemia da covid-19 e desenhar políticas públicas para lidar com eles.

Na educação, esses custos são gritantes, sobretudo para os mais pobres. Segundo o economista Ricardo Paes de Barros, todas as crianças que estão no sistema educacional estão perdendo seu aprendizado.

Perdas na educação, na saúde e na economia preocupam

Esse é um universo de 30 milhões a 40 milhões de crianças e jovens. A maneira de calcular as perdas ocorridas é comparando o que o aluno teria aprendido sem a pandemia com o que aprendeu, diante da pandemia.

Em um projeto do Insper com o Instituto Unibanco, Paes de Barros estimou que a perda para cada jovem no ensino médio, em 2020, foi de 10 pontos de aprendizado na escala Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). E, tudo o mais constante, eles chegarão ao fim de 2021 com cerca de 20 pontos de perda.

Para se ter uma ideia do que isso representa, um aluno aprende no ensino médio 20 pontos na escala Saeb em língua portuguesa. “Perder 20 pontos quer dizer que você perdeu tudo o que você aprenderia no ensino médio. Então, essa perda é gigantesca”, disse ele quando da divulgação do projeto.

Um jovem de 14 anos que perdeu dois anos de estudos dificilmente retornará para a escola. Segundo o economista, cerca de 16 mil jovens por dia vão perder o direito ao ensino médio. Para esses jovens o governo promete a instituição de uma bolsa para que ele trabalhe pela manhã em alguma empresa e, à tarde, frequente um curso do sistema “S” (Sesc, Senai, dentre outros) por duas horas. O resultado dessa situação é que os indicadores de evasão escolar tendem a subir bastante.

Já uma criança de seis a oito anos, de família de baixa renda, que perdeu dois anos escolares e cujo potencial de aprendizado em matemática, por exemplo, diminui com o passar dos anos, não recuperará esses anos perdidos. Esses são alguns dos danos definitivos que estão sendo imputados ao capital humano do país.

O governo pretende criar o programa de renda mínima e iniciativas de incentivo ao trabalho dos jovens que deverá ser uma conjunção do BIP (Bônus de Inclusão Produtiva) com o BIQ (Bolsa de Incentivo de Qualificação) para minimizar um pouco o impacto de quem ficou dois anos sem frequentar escolas e vão engrossar a lista de evasão. BIP e BIQ estão em negociação no Congresso e o programa Renda Brasil está em fase de ajustes finais no Ministério da Cidadania.

Os aspectos que deverão ser discutidos daqui por diante são os impactos da pandemia na saúde pública, no capital humano, na pobreza e no elevado nível de endividamento (do Estado, das empresas e das famílias).

Saúde é uma outra fonte de grande inquietação. “O problema é que durante a pandemia não conseguimos atender às doenças crônicas. Cirurgias cardíacas e cirurgias oncológicas não puderam ser feitas e, agora, o que estamos vendo é a piora dos diagnósticos avançados da doença. Muitos pacientes que tinham doenças precoces hoje as têm de forma avançada”, avalia Ulysses Ribeiro, médico professor da USP e coordenador cirúrgico do Instituto do Câncer.

No caso do câncer, Ribeiro estima que serão necessários de dois a três anos para equacionar o represamento dos exames e do tratamento da doença.

Estudo realizado pelo Hospital Sírio-Libanês com a Organização Mundial da Saúde revela que, no mundo todo, e no Brasil não foi diferente, do início da pandemia para cá, 52,6% dos pacientes com câncer atrasaram cirurgias ou tratamentos com quimioterapia e radioterapia; 77,5% interromperam o tratamento e houve queda de 77% de novos diagnósticos - ou seja, pessoas que têm a doença mas ainda não sabem.

O estudo retrata uma situação dramática: o grande atraso na detecção e no início do tratamento da doença são determinantes para o sucesso ou não do tratamento e não se sabe, de antemão, o resultado disso no controle e nos indicadores de sobrevida do câncer.

Em relação ao elevado grau de endividamento, o governo está avaliando a situação das garantias das empresas na contratação de operações de crédito. Houve uma “queima” de garantias das empresas durante o auge da pandemia e agora, quando chega a recuperação da economia, elas estão com dificuldades de acesso ao crédito.

O Ministério da Economia está estudando medidas para melhorar a eficiência alocativa das garantias e, assim, manter o canal de crédito funcionando. Isso vai evitar que a empresa feche suas portas e agrave ainda mais o desemprego no país.

O modelo que serve de inspiração para melhorar as garantias é o do Fiagro - um fundo de investimentos na área do agronegócios que foi criado em março e que deve antecipar recursos para as diversas cadeias de produção envolvidas tendo os títulos como garantia da operação.

Uma das formas que o governo pretende expandir é a do fracionamento das garantias, para melhor aproveitá-las. Por exemplo, se o tomador de crédito tem um automóvel que vale R\$ 50 mil ele pode querer usá-lo para tomar um empréstimo de R\$ 5 mil. Se for permitido o fracionamento, o mesmo sujeito poderá ir a dez bancos diferentes e levantar os mesmos recursos em cada um deles, tomando um crédito total de R\$ 50 mil.

O futuro do país está ligado à forma como o governo vai lidar com as sequelas da covid-19 nos próximos anos. Uma criança de seis anos hoje em cinco décadas terá 56 anos e estará, portanto, ainda em idade ativa. As soluções não são óbvias, não estão dadas e o país vai precisar deslocar parte da sua inteligência para concebê-las.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Para Guedes, reforma “não muda nada”

Ministro diz que mudança na Esplanada foi necessária e que Onyx é como se fosse da equipe econômica

Por Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

23/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Prestes a perder uma parte da estrutura sob seu comando, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a reforma ministerial foi um movimento político necessário para viabilizar o avanço da agenda de reformas. É uma prática “legítima”, que preservou o “coração político” da economia, assim como os programas de apoio ao mercado de trabalho em elaboração. “Segue o mesmo jogo, não muda nada”, afirmou. A geração de empregos deverá até ser acelerada, com os novos instrumentos que estão em elaboração.

O que era o antigo Ministério do Trabalho, hoje integrante da estrutura do Ministério da Economia, será desmembrado para acomodar o ministro Onyx Lorenzoni e o senador Ciro Nogueira (PP-PI) no Planalto. Guedes ressaltou que Onyx é “como se fosse da equipe econômica”, um liberal que apoia teses como a capitalização da Previdência, a Carteira Digital Verde-Amarela, o Renda Cidadã e a desoneração da folha.

Uma das formas de garantir a continuidade das políticas da área do Trabalho seria colocar no posto número dois da futura pasta do Trabalho o atual secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. Isso, porém, não está certo.

O secretário, mestre em direito e procurador de carreira, passou a ser cotado também para ocupar a Advocacia-Geral da União (AGU). Outros integrantes da equipe de Bianco são considerados para ocupar a secretaria-executiva de Onyx.

“O que é importante é o seguinte: as práticas são republicanas? Está acontecendo na transparência, à luz do dia? Não tem nenhum quiproquó. Nós precisamos de interlocução política lá no Senado. Tem parceiros que apoiam o governo, a centro-direita”, disse Guedes.

Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro, “no estilo dele”, apoiou o programa econômico nas horas decisivas. “Quando chega uma hora dessas, de conseguir trazer um aliado importante do ponto de vista político para ele, eu devia recusar?”, questionou.

O desmembramento do Ministério da Economia vai na direção contrária do que o ministro considera uma tendência para um eventual segundo mandato de Bolsonaro: a concentração de pastas, uma vez que a política é “Mais Brasil, menos Brasília”. No futuro, poderiam existir grandes ministérios para políticas sociais e para investimentos, exemplificou. “Agora: a curto prazo, precisa fazer acomodações políticas”, admitiu.

Guedes pediu uma leitura mais construtiva e sofisticada dos fatos, ao ser questionado se a reforma não representaria a captura do governo pelo Centrão.

“Você diria que o PT foi refém do PMDB, ou que o Fernando Henrique foi reeleito porque foi capturado por alguém? Ou será que a democracia exige a sustentação parlamentar?”

Ele lembrou que o governo por vezes é criticado por não ter interlocução política, estar isolado e só ter general no Planalto. “Aí, quando o governo põe um político lá, foi capturado.”

Os programas Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e Bônus de Incentivo à Qualificação Profissional (BIQ), em elaboração pelo governo, serão anunciados em breve, disse. Além disso, Onyx tem uma ideia nova e “bacana” para acelerar a geração de empregos, disse Guedes, sem dar detalhes. O **Valor** apurou que se trata de um serviço civil, que ofereceria vagas remuneradas a jovens. A ideia ainda está em construção.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

2 em 1: Sutiã promove efeito empina seios e ainda modela seu corpo

PRATICIDADE

LINK PATROCINADO

Redução de despesa leva a desbloqueio de R\$ 4,5 bi

Decreto será enviado ao Congresso depois do recesso para liberar mais R\$ 2,8 bilhões

Por Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta — De Brasília

23/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Com uma queda na previsão de despesas sujeitas ao teto, o Ministério da Economia anunciou ontem a liberação dos R\$ 4,5 bilhões que ainda estavam bloqueados no Orçamento deste ano. Há ainda a possibilidade de uma ampliação adicional das despesas discricionárias do Executivo. Segundo o secretário especial de Fazenda, Bruno Funchal, o governo deve enviar ao Congresso um projeto na volta do recesso parlamentar para viabilizar a liberação de mais R\$ 2,8 bilhões.

O Ministério da Educação será o principal contemplado pela liberação de R\$ 4,5 bilhões, ficando com R\$ 1,557 bilhão. Em seguida, vêm os ministérios da Economia (R\$ 830,5 milhões), Defesa (R\$ 671,7 milhões), Desenvolvimento Regional (R\$ 382,7 milhões), Ciência, Tecnologia e Inovações (R\$ 255,4 milhões) e Cidadania (R\$ 204,7 milhões).

Os dados são do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem. Na quarta-feira, o presidente Jair Bolsonaro havia dito que todos os recursos seriam descontingenciados. A informação foi confirmada pelo **Valor**.

No documento, o Ministério da Economia revisou para baixo o montante de despesas sujeitas ao teto de gastos, que foi de R\$ 1,490 trilhão na edição anterior do relatório, de maio, para R\$ 1,473 trilhão. Com isso, foi aberto um espaço de R\$ 12,303 bilhões para despesas.

Desse valor, R\$ 9,496 bilhões dizem respeito à economia com o Bolsa Família - já que parte dos beneficiários passou a receber o auxílio emergencial -, mas acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) limita o uso desses recursos e, portanto, o espaço livre para novos gastos é, na verdade, de R\$ 2,807 bilhões.

O governo também revisou outras despesas sob o teto, como pessoal e encargos sociais (-R\$ 3,021 bilhões), impacto primário do Fies (-R\$ 1,755 bilhão), subsídios, subvenções e Proagro (- R\$ 905 milhões) e benefícios do Regime Geral da Previdência Social (- R\$ 891 milhões). Em relação aos gastos com pessoal, o secretário de Orçamento, Ariosto Culau, explicou que a revisão se deve à atualização de cálculo com base nos dados mais recentes e à revisão de itens como realização de concursos públicos e realocação de funcionários de empresas estatais para a administração direta.

Para 2022, Funchal reforçou que a margem do teto está calculada em R\$ 25 bilhões ou R\$ 30 bilhões, o que garantiria que o Bolsa Família chegue próximo de R\$ 300, como tem dito o presidente. Ele ponderou, no entanto, que isso acaba “comprimindo o espaço” para outras despesas, como os investimentos.

A estimativa do Ministério para as receitas primárias em 2021 subiu R\$ 64,198 bilhões, para R\$ 1,816 trilhão, e a projeção para a receita líquida ficou em R\$ 1,476 trilhão. O governo espera maior arrecadação nas receitas administradas - previsão subiu R\$ 45,378 bilhões, para R\$ 1,156 trilhão -, mas também com as receitas vindas de outras áreas, como exploração de recursos naturais; dividendos e participações; e concessões e permissões.

Já a projeção para despesa primária subiu R\$ 10,847 bilhões, para R\$ 1,631 trilhão, impulsionada por créditos extraordinários - que subiram R\$ 25,440 bilhões e chegaram a R\$ 124,935 bilhões no ano. A alta nos gastos extrateto é explicada principalmente pela prorrogação do auxílio emergencial e pela retomada do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). As despesas obrigatórias foram revisadas para cima, enquanto as despesas discricionárias foram mantidas em R\$ 119,346 bilhões.

A partir das novas estimativas, o governo ajustou sua projeção de resultado primário em 2021 para um déficit de R\$ 155,418 bilhões, ante os R\$ 187,683 bilhões estimados em maio. O controle das despesas e o aumento da receita permitiram a melhora da previsão, de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em maio para 1,8% do PIB agora, disse Funchal. Para os próximos anos, completou, analistas de mercado também estão reduzindo sua projeção para o rombo nas contas públicas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

3 calças de moletom e ganhe uma camiseta grátis

DOOKER

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Governo estuda bancar sozinho corte no IRPJ

Paulo Guedes diz que aumento da arrecadação pagará mudança

Por Raphael Di Cunto, Estevão Taiar, Marcelo Ribeiro e Fabio Graner — De Brasília

23/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Diante das críticas de governadores e prefeitos à nova versão da reforma do imposto de renda, o relator do projeto na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), e a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, discutem duas alternativas para evitar a perda de arrecadação de Estados e municípios e, com isso, abrir caminho para a aprovação do texto na volta do recesso, em agosto.

O tucano propôs, há duas semanas, reduzir a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de 25% para 12,5%, o que seria compensado com a taxação de dividendos em 20% e corte em subsídios para alguns setores, como a indústria de embarcações, aeronaves e farmacêutica. Mesmo assim, haveria um rombo de R\$ 30 bilhões, dos quais cerca de 90% ficariam com Estados e municípios, o que causou revolta de governadores e prefeitos.

Sabino disse ontem em evento que uma ideia é criar um “seguro” para garantir a manutenção do atual nível dos fundos de participação dos municípios (FPM) e dos Estados (FPE), que recebem parte da arrecadação do IRPJ. “Com isso, vamos conseguir contemplar gregos e troianos”, disse.

A outra alternativa, segundo Guedes, é reduzir a alíquota de 9% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que tem uma base de cálculo parecida com o

IRPJ, mas que fica apenas com o governo federal e não tem a arrecadação compartilhada.

Após o encontro, no fim do dia, Sabino afirmou ao **Valor** que o mecanismo para evitar perdas de arrecadação no FPE e FPM já está combinado com o governo, mas que ainda não será divulgado por depender de mais conversas e cálculos. “Mas vai acabar com qualquer possibilidade de perda do FPM e FPE, posso te garantir”, disse o relator. As perdas de arrecadação da União, disse, serão compensadas pelo crescimento da economia devido ao corte de carga para as empresas.

Guedes também reforçou, no evento, que o governo federal aceitará arcar com os custos da desoneração do imposto sobre o lucro das empresas porque está com a arrecadação em alta, no nível de 2015, após anos de queda. “Estou dizendo desde a campanha: os impostos subiram durante 40 anos no Brasil, então eles vão cair”, afirmou. Segundo o ministro, a arrecadação subiu R\$ 200 bilhões e ficará nesse patamar mesmo que o país não cresça nada no próximo ano. “Com esses R\$ 200 bilhões, Já estão pagos os R\$ 30 bilhões [do imposto de renda] se a gente errar [e a arrecadação não crescer com o estímulo as empresas].”

O ministro também afirmou que a ideia é simplificar ou tirar da reforma “o que estiver complexo”. Ele citou como exemplo o as regras para empresas offshores e a taxaço dos fundos imobiliários, que continuará isenta após negociações. Também afirmou que o objetivo da reforma não é perseguir dentistas, médicos e

empreendedores e poderá aumentar a isenção de cobrança de dividendos para quem ganha até R\$ 20 mil mensais. “Se precisar subir um pouquinho [o limite], sobe mais um pouco”, disse.

Ao mencionar o seu antigo plano de criar um imposto sobre transações, Guedes afirmou que “a hipocrisia de se esconder atrás do pobre é uma prática no Brasil”. “É evidente que, se todo mundo pagasse [o imposto sobre transações], desoneraríamos a folha [de pagamento]”, disse.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que os interesses do setor não estão “integralmente contemplados” na proposta da reforma do IR, mas há “toda disposição e determinação” para ajudar na elaboração das mudanças. Já o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, defendeu uma reforma ampla, que envolva também impostos estaduais e municipais, e que desonere as exportações.

Guedes manteve a defesa da reforma em “capítulos”, e afirmou que o projeto da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) “é um convite ao avanço”. De acordo com Guedes, embora tenha sido “interditado”, o debate sobre a desoneração da folha será retomado. “A reforma será bem ampla”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Aproveite as condições.

Reforma expõe disputa nos bastidores

Centrão e Forças Armadas mantêm embate em torno de espaço político e recursos orçamentários

Por Fernando Exman — De Brasília

23/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A minirreforma ministerial anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro joga luz sobre uma disputa que ocorria, em silêncio, nos bastidores. Uma disputa por espaço político e recursos orçamentários, ou seja, por poder: é este o contexto dos crescentes atritos entre representantes da tradicional classe política, notavelmente o chamado Centrão, e segmentos oriundos das Forças Armadas.

Esse embate coloca o presidente numa situação delicada entre as bases de sustentação do seu governo. E tampouco ajuda sua relação com os chefes dos demais Poderes.

O episódio mais recente é a reportagem publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”. Autoridades das mais variadas áreas de atuação logo lembraram os limites constitucionais para a atuação das Forças Armadas, o que por si só já evidencia o longo caminho que a democracia brasileira precisa percorrer. No entanto, a despeito das negativas e notas de repúdio, as tentativas de se evitar uma escalada não esvaziaram o mal-estar entre os envolvidos.

A incorporação de militares em cargos estratégicos é alvo de críticas no Congresso desde o início do governo. Na reforma da Previdência, por exemplo, os integrantes das Forças receberam um tratamento específico devido às características da profissão.

Bolsonaro também buscou, conforme prometera durante a campanha, dar mais atenção aos orçamentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A iniciativa provocou descontentamento em outras áreas da máquina federal. O presidente também colocou oficiais, da reserva e da ativa, em postos tradicionalmente ocupados por civis - muitos dos quais indicações dos partidos políticos.

A reforma reduziu os poderes do ministro Luiz Eduardo Ramos, general da reserva, que deixou a Casa Civil rumo à Secretaria-Geral da Presidência. Depois do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, general da ativa, entrou na linha de tiro dos parlamentares o ministro da Defesa, que durante grande parte da pandemia estava na Casa Civil chefiando os esforços de combate à crise sanitária. O mesmo Braga Netto que levou para a Defesa algumas das bandeiras políticas de Bolsonaro.

Os atritos tendem a perdurar. O Centrão sabe da força que acumulou e quanto Bolsonaro precisa de seu apoio. Ainda pode aproveitar a oportunidade para tentar conquistar para si a bandeira de grande lastro da democracia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Corpo modelado sem desconforto, sem marcas e sem apertos

PRATICIDADE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Aproveite as condições.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Essa mochila pode carregar seu celular! Veja como!

PORTAL PRATICIDADE

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em fevereiro!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Espanha estuda aplicar 3ª dose de vacina contra a covid-19

Depois de um início lento, o país é um dos líderes da UE na vacinação